

**Assessoria Técnica na análise do
PLC44/2021 - Revisão Do Plano Diretor:
SISTEMATIZAÇÃO DE DEBATES E
PROPOSTAS**



**PRODUTO 3
SISTEMATIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO
DAS CONTRIBUIÇÕES**

RESULTADO DOS MATERIAIS RECEBIDOS

ATÉ OUTUBRO/2022



Instituto Brasileiro De Administração Municipal – IBAM

Superintendente Geral - Paulo Timm

Superintendente de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (DUMA) - Alexandre Santos

COORDENAÇÃO

Alexandre Santos	Supervisão Geral
Henrique Barandier	Coordenação Técnica

EQUIPE TÉCNICA

Jessica Ojana	Arquiteta e Urbanista
Alberto Lopes	Arquiteto e Urbanista
Eduardo Rodrigues	Geógrafo
Eduardo Domingues	Consultor Jurídico
Marcus Alonso Ribeiro	Consultor Jurídico
Maria da Graça Neves	Administradora Pública
Bernardo Mercante	Cientista Social
Ângela Maria Fontes	Economista
Lucia Vetter	Arquiteta e Urbanista
Miria Maleque	Arquiteta e Urbanista

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
1. BALANÇO DAS AUDIÊNCIAS TERRITORIAIS	5
2. ENQUETE PÚBLICA – RESPOSTAS RECEBIDAS ATÉ 31/10/22 (ANÁLISE PARCIAL)	6
3. CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS ATÉ 31/10/22 (ANÁLISE PARCIAL)	18
2.1. Contribuições individuais	19
2.2. Contribuições institucionais	22
ANEXOS	36

APRESENTAÇÃO

Este documento consiste no terceiro produto – Sistematização e Consolidação das Contribuições – relativo ao Contrato 08/2022, firmado entre a Câmara Municipal do Rio de Janeiro – CMRJ e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, tendo por objeto o “assessoramento à Comissão do Plano Diretor instituída pela RMD nº 1.536/21, no exame do Projeto de Lei Complementar nº 44/21, mediante estudo, elaboração de relatórios, apoio em audiências e tarefas correlatas”.

O produto aqui apresentado contém análise parcial das contribuições recebidas nos eventos públicos e, sobretudo, por meio das ferramentas de participação adotadas ao longo do processo de discussão do PLC 44/2021 – enquête, formulário de propostas, recebimento de documentos. O material analisado engloba o que foi recebido pela Comissão Especial do Plano Diretor até 31 de outubro de 2022. Destaca-se que o formulário de propostas ficará aberto a contribuições até o dia 10 de novembro de 2022, de acordo com decisão da Comissão. Após essa data, será organizado outro produto com o que tiver sido recebido no mês de novembro.

A tarefa de sistematização de debates e propostas das audiências públicas buscou sempre registrar as principais questões discutidas em cada evento e está consolidada nos Relatórios de Atividades entregues pelo IBAM à comissão. Para tanto, os registros foram estruturados por temas, buscando sempre explicitar de forma mais objetiva possível os pontos centrais dos debates, sem se confundir com as atas produzidas pela própria estrutura de apoio da CMRJ que já fazem integralmente os registros de cada fala. Na sistematização de cada audiência, a equipe do IBAM levou em consideração não apenas as intervenções orais durante o evento, mas também documentos entregues pelos participantes à Mesa.

Paralelamente, o IBAM tem apoiado a Comissão do Plano Diretor na sistematização dos retornos obtidos através dos instrumentos de interação com a sociedade civil, por meio da enquête pública e do canal de envio de propostas, ambos disponibilizados na página do Plano Diretor no site da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (<http://www.camara.rio/plano-diretor>). Considerando tais pontos, este documento está organizado em três partes além desta apresentação:

- Balanço das audiências territoriais
- Enquete Pública
- Contribuições recebidas

1. BALANÇO DAS AUDIÊNCIAS TERRITORIAIS

Ao longo das 17 audiências territoriais realizadas entre os meses de junho e outubro, muitos participantes manifestaram questionamentos, críticas e sugestões. As demandas dos territórios expressaram com ênfase o déficit de infraestrutura na cidade e precariedades dos serviços ofertados – em especial saneamento básico e mobilidade; mas também educação, saúde, áreas de lazer, áreas verdes, etc.

Por diferentes motivos, as diferentes regiões da cidade questionaram parâmetros construtivos previstos e propostas de adensamento. Na Zona Sul, a preocupação dos participantes foi com o já avançado adensamento construtivo e a saturação da região para receber novos empreendimentos. Já na Tijuca e região, a preocupação se deu com o conforto ambiental e questões climáticas, incluindo aí problemas de drenagem/enchentes de rios, em especial o Maracanã e o Joana. Na Área de Planejamento 3 (AP3), houve considerações sobre o possível comprometimento da ambiência urbana suburbana e o agravamento do fenômeno das ilhas de calor na região, que possui poucas áreas verdes, além da capacidade de suporte das infraestruturas existentes, em razão dos elevados índices construtivos propostos. Na AP4 e AP5, ainda que a proposta, de modo geral, não seja de aumento de potencial construtivo nessas regiões, a manutenção de parâmetros em algumas áreas foi questionada, em razão dos problemas de saneamento básico e de mobilidade, incluindo o funcionamento de trens e BRTs, bem como áreas sem atendimento por linhas de ônibus. Houve reivindicação também de que o plano dê mais ênfase ao potencial agrícola nessas regiões e à função ambiental que cumprem essas áreas. Na Área de Planejamento 1, não houve críticas às propostas que podem favorecer o adensamento residencial. Por conta da centralidade da região, grande parte das colocações foram referentes à importância de previsão de mecanismos que garantam e promovam a habitação de interesse social na região.

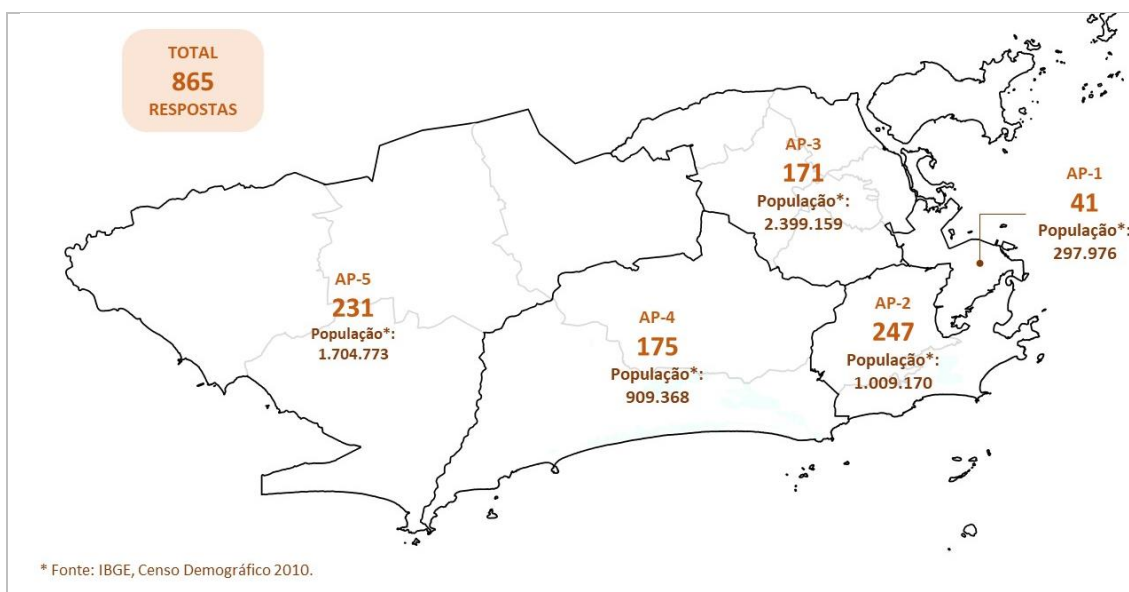
O Anexo 1 deste documento apresenta a síntese dos debates das audiências territoriais destacando os principais aspectos tratados em cada região de planejamento. As questões relacionadas foram classificadas por grandes temas, de modo a permitir uma visão geral comparativa entre as regiões e áreas de planejamento.

2. ENQUETE PÚBLICA – RESPOSTAS RECEBIDAS ATÉ 31/10/22 (ANÁLISE PARCIAL)

Desde o início da realização das audiências territoriais, está disponível, no site da Câmara, uma enquete com perguntas gerais para a participação direta população carioca. A seguir, apresenta-se os resultados parciais desta enquete, com base nas respostas recebidas até 31/10/2022.

Até o momento, foram contabilizadas 865 respostas, sendo:

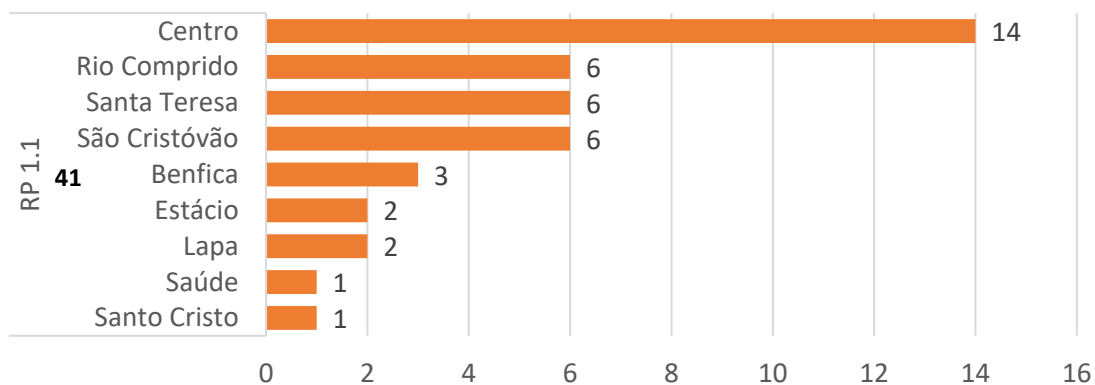
- 41 respondentes da AP1;
- 247 respondentes da AP2;
- 171 respondentes da AP3;
- 175 respondentes da AP4;
- 231 respondentes da AP5;



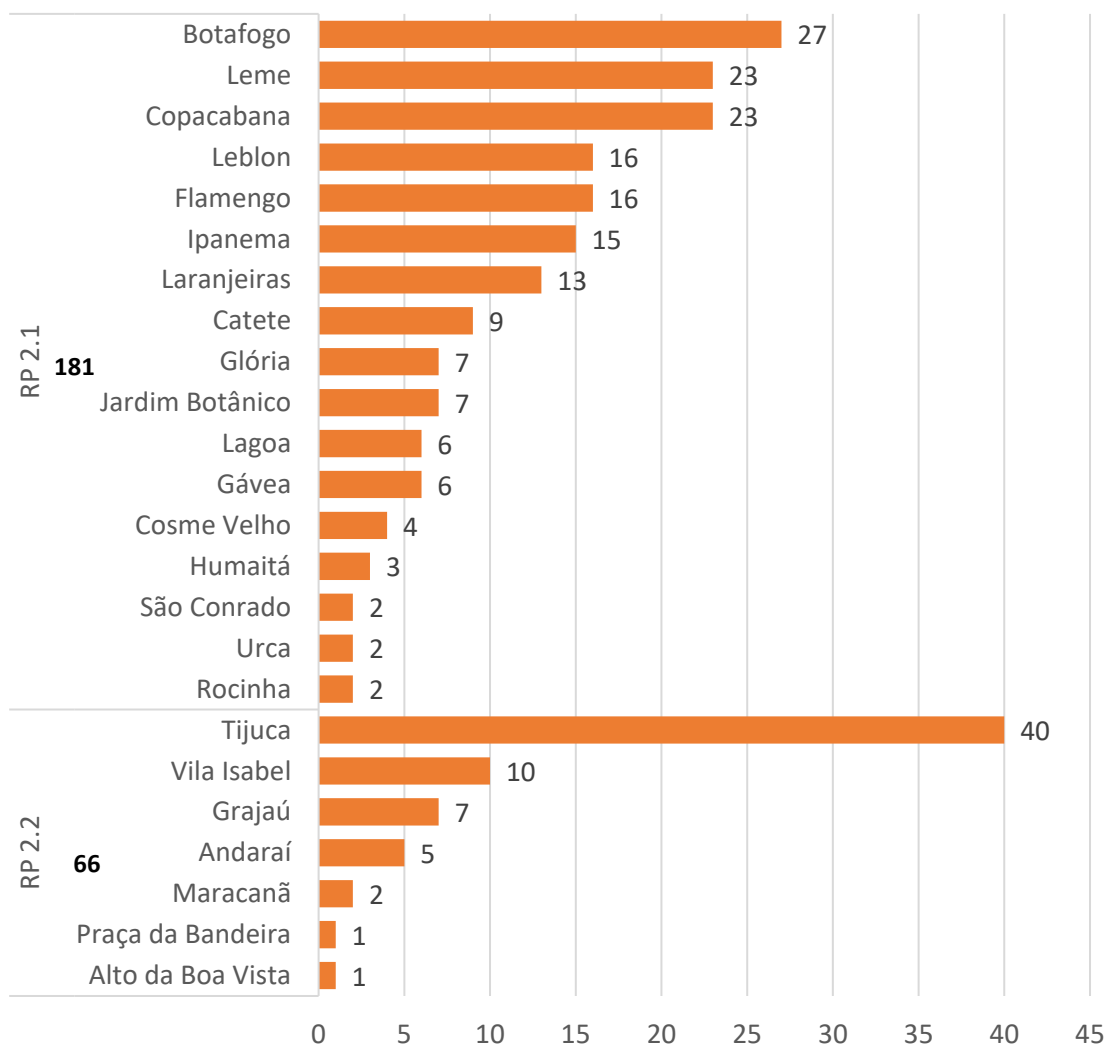
A maior parte das respostas é do bairro de Campo Grande, com 96 respondentes, seguido de Jardim Sulacap (60) e Tijuca (40). A distribuição por regiões de planejamento e bairros é apresentada nos gráficos abaixo:

Gráfico 1. Respostas por Regiões de Planejamento e Bairros

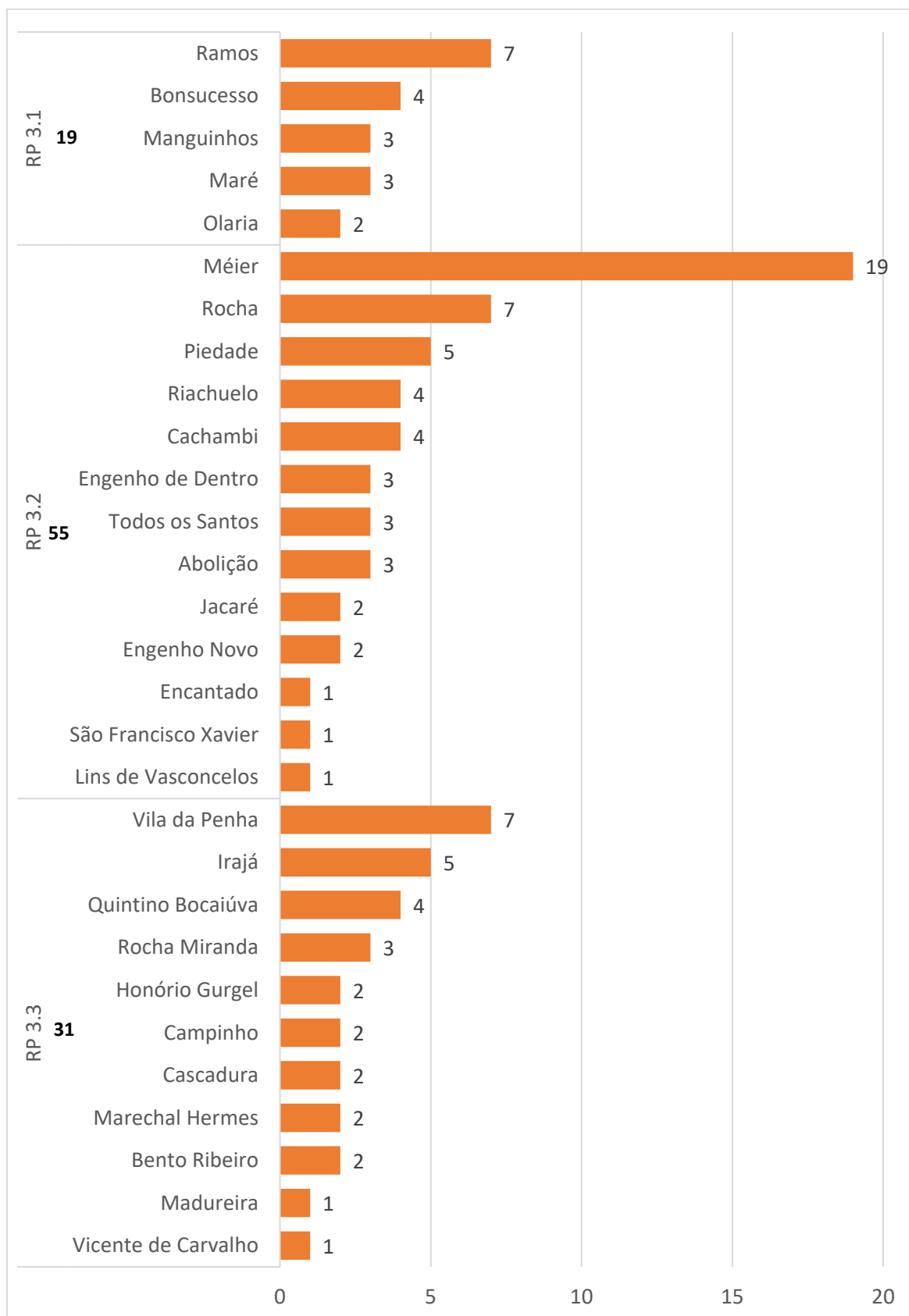
AP 1

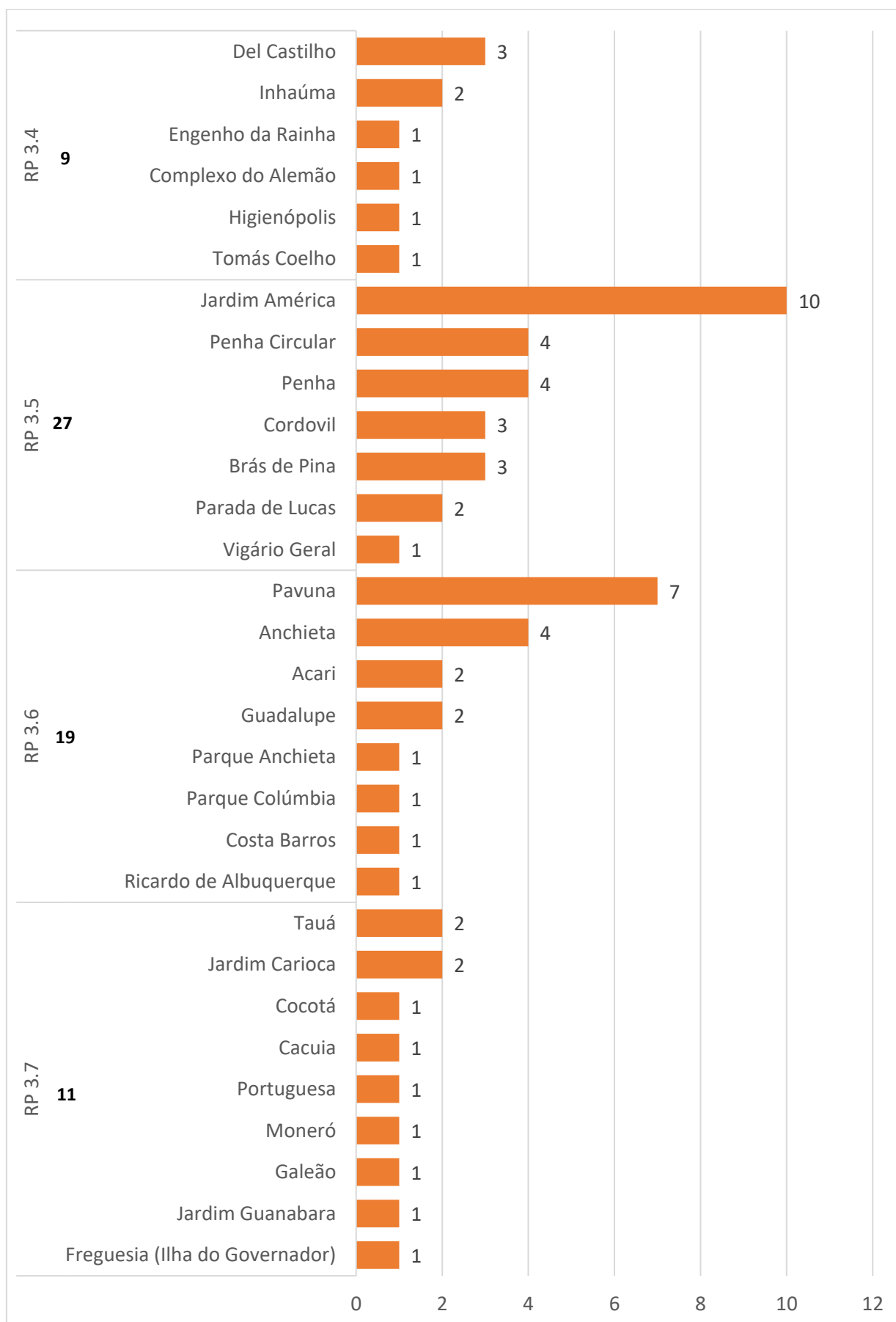


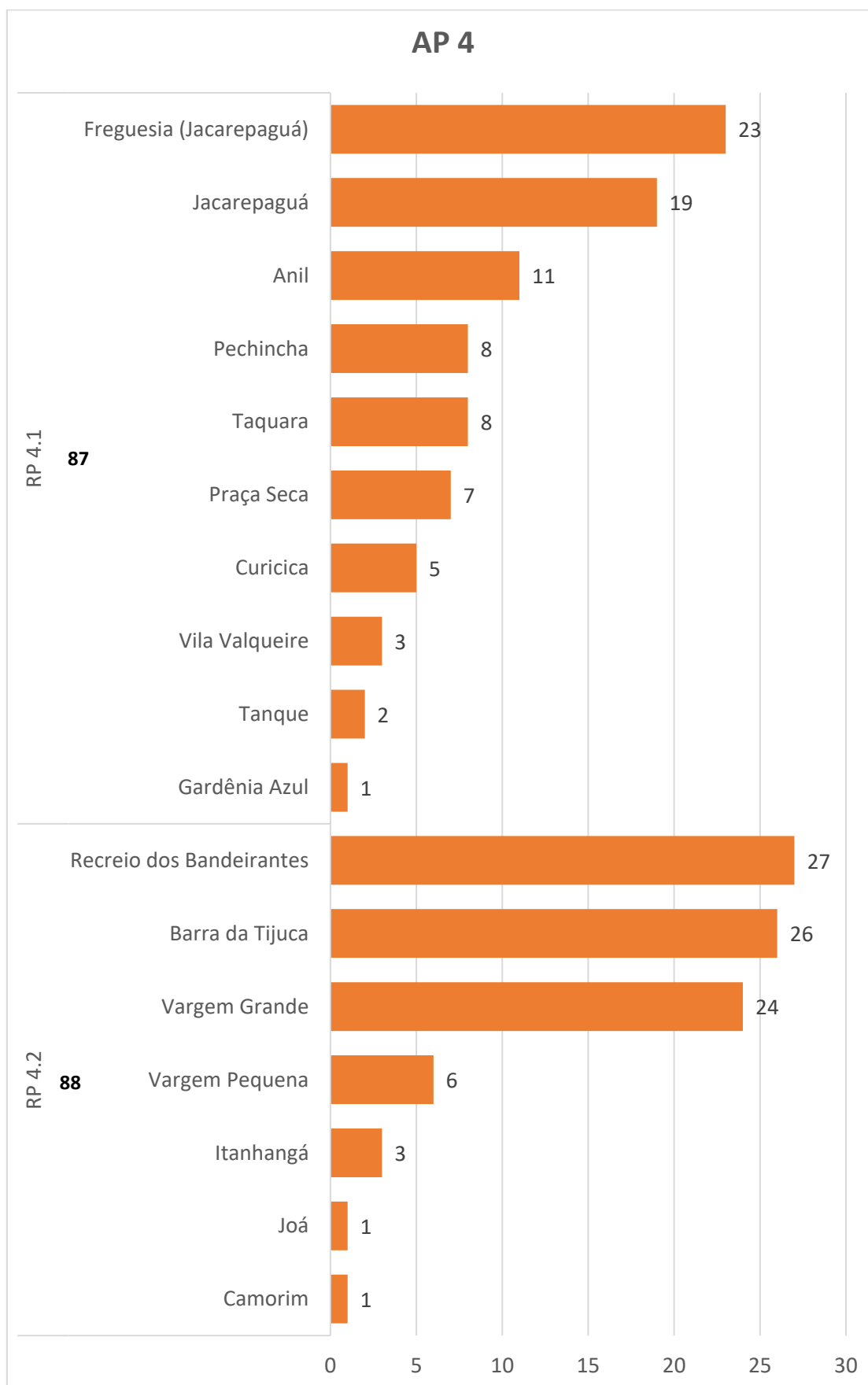
AP 2

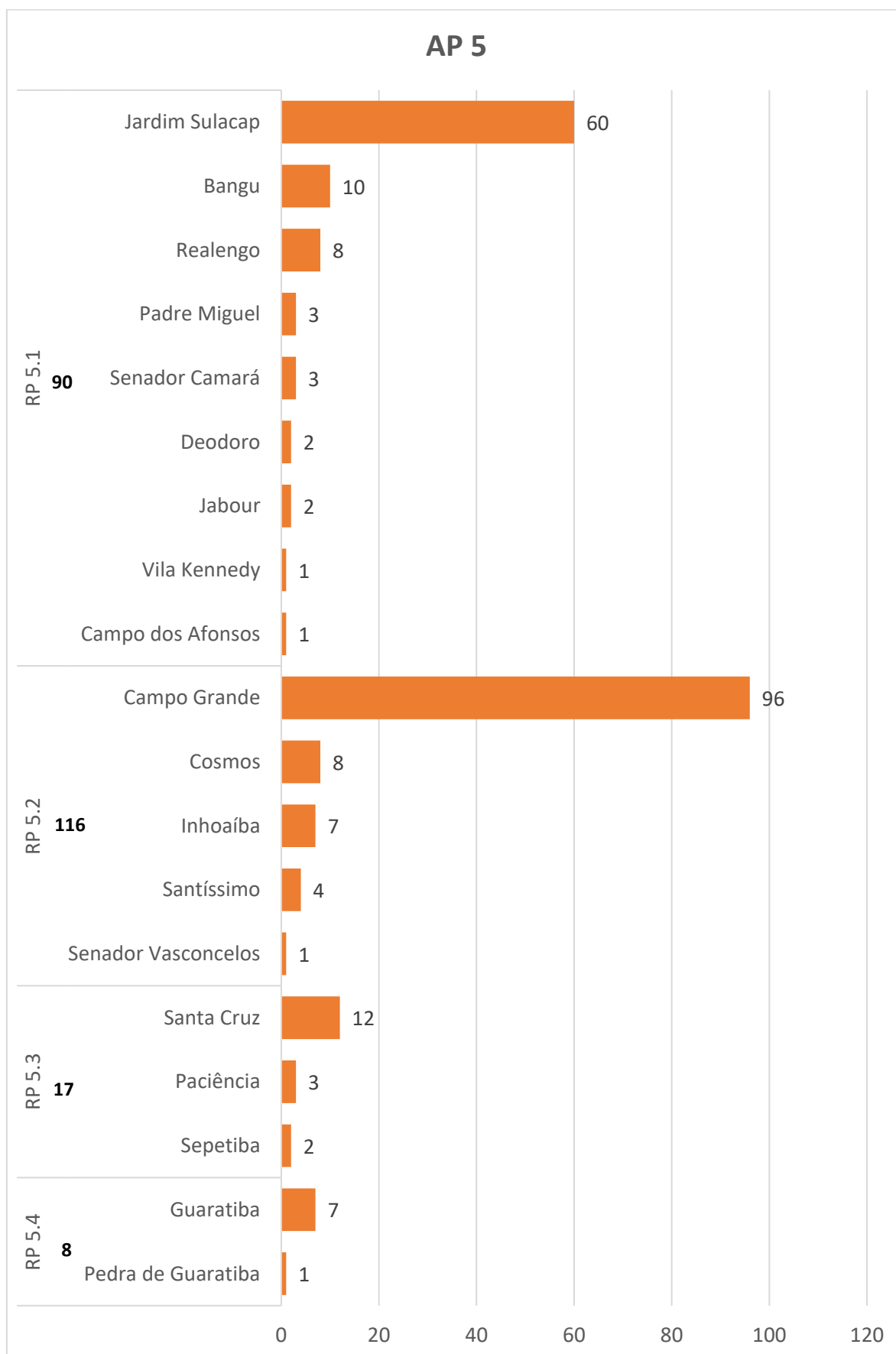


AP3









Quando perguntados sobre o Plano Diretor e o processo de revisão, a maior parte dos participantes respondeu que conhece e sabe do processo, porém não está participando das audiências públicas ou não sabia que estavam ocorrendo.

Gráfico 2.
Você sabe o que é um Plano Diretor?

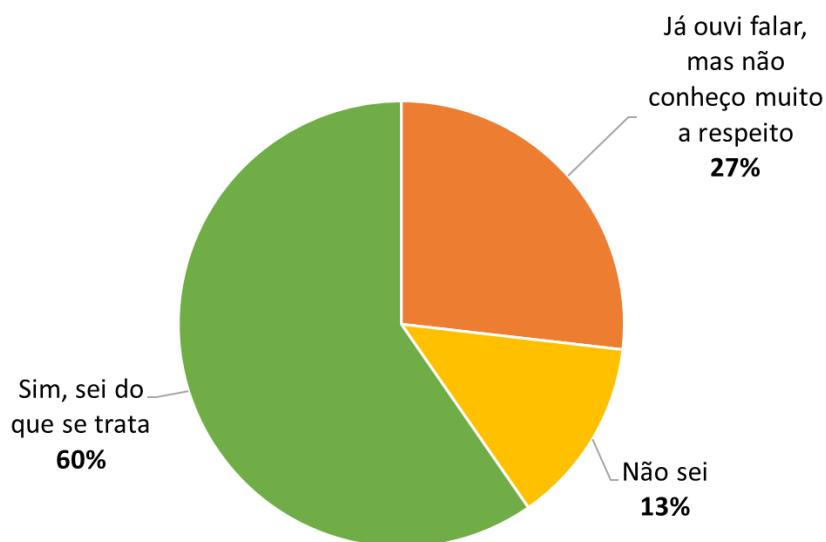
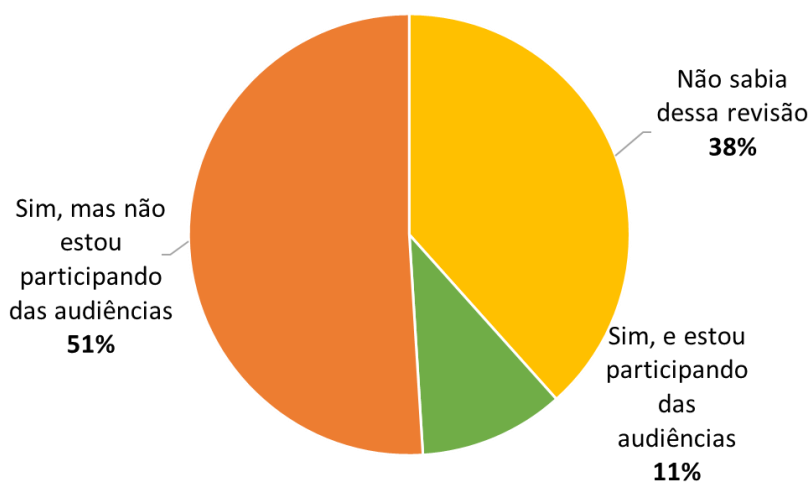


Gráfico 3.
Você sabia que o Rio de Janeiro está fazendo a revisão do seu Plano Diretor?



Em outra pergunta, foi questionado se o(a) respondente consideraria bom mais pessoas morarem no seu bairro. A maioria respondeu que não e, na análise por área de planejamento, apenas na AP1 houve maioria (68%) de respostas favorável a novos moradores. Essa é uma questão interessante, porque o PLC44/2021 sinaliza para o adensamento residencial na AP1 e na AP3, mas apenas na AP1 a proposta parece ter boa receptividade, em um primeiro momento, entre os respondentes da enquete.

Já na pergunta “Você mudaria de bairro se tivesse oportunidade?”, é interessante observar que é na AP3 que se alcançou maior porcentagem de respostas de pessoas que indicam desejo de mudar de bairro se tiver oportunidade. Embora a enquete não aprofunde o tema e não tenha elementos para avaliar as razões ou se a expectativa de mudança seria para bairros de outras áreas de planejamento, parece expressivo o percentual de respondentes que manifestam tal desejo – mais de 70%. Já os moradores da AP2, que abrange toda a Zona Sul e Tijuca e região, bem como os da AP4, que engloba Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes além da região de Jacarepaguá, na maior parte, não desejam mudar de bairro.

Gráfico 4.

Você acha que seria bom mais pessoas morarem no seu bairro?

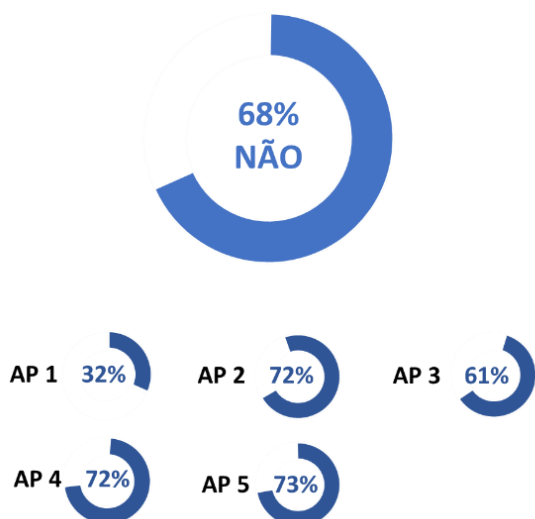
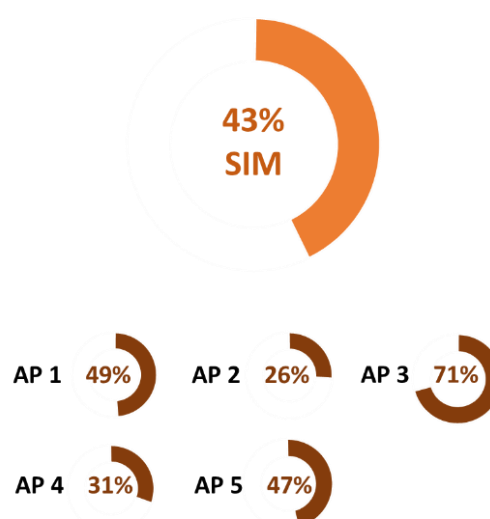


Gráfico 5.

Você mudaria de bairro se tivesse oportunidade?



A enquete pediu, ainda, para eu fossem indicados temas considerados “mais importantes para melhorar a qualidade de vida no seu bairro”. Nesse caso, o respondente poderia escolher quantas opções quisesse e tinha oportunidade, ainda, de indicar temas que não estavam na lista. O mais citado foi Segurança, tanto no balanço geral, como por área de planejamento, como mostram os gráficos a seguir. Embora o Plano Diretor possa incidir de modo talvez apenas indireto na política de segurança pública, é importante registrar a centralidade do tema, quando se fala em qualidade de

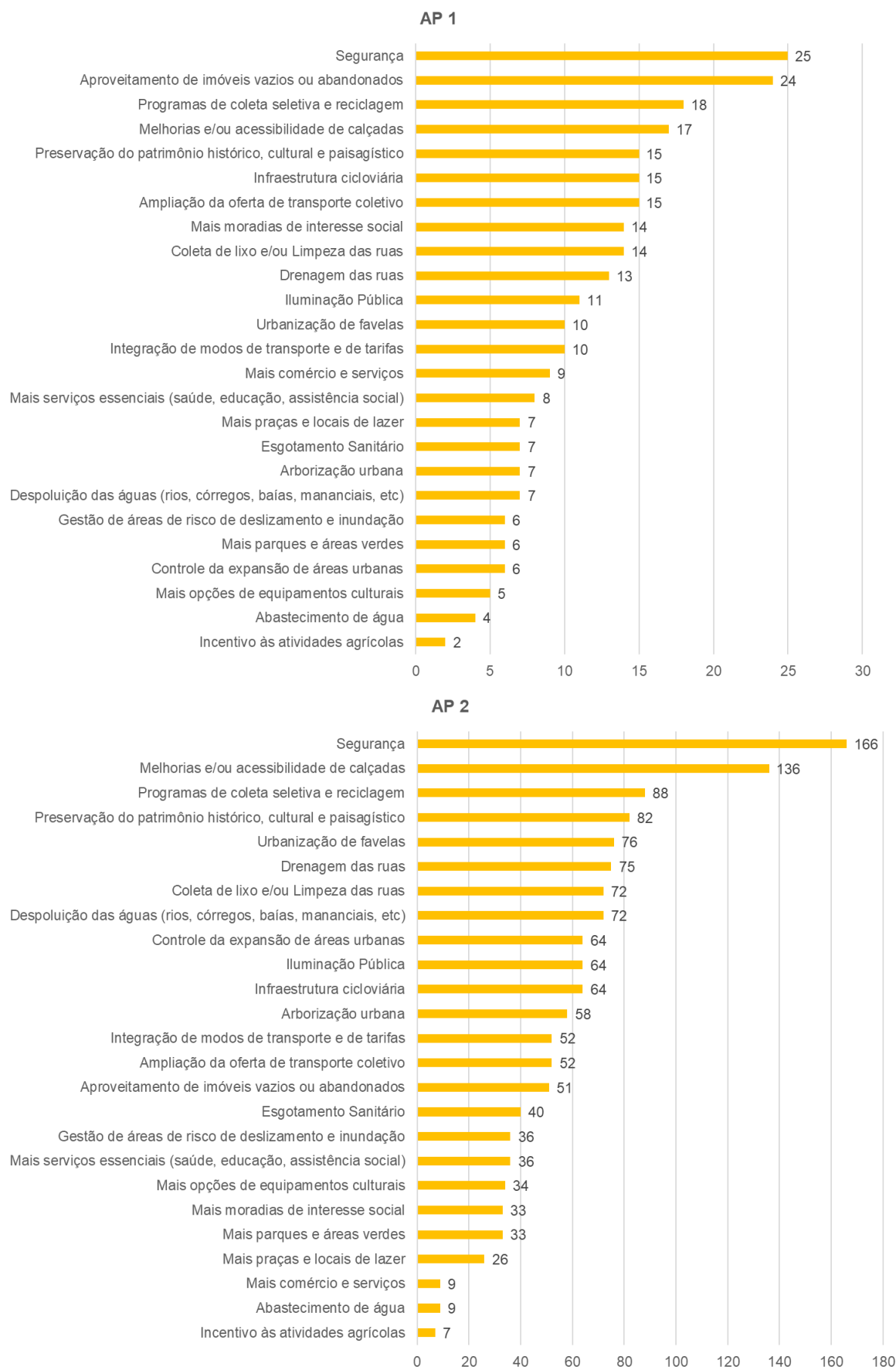
vida na cidade. Questões relacionadas à mobilidade urbana – “melhoria e/ou acessibilidade de calçadas” e “ampliação de oferta de transporte coletivo” – foram, na sequência, os temas mais assinalados, ainda que quando se analisa por área de planejamento, dependendo do caso outros temas ganham maior destaque. Na AP1, por exemplo, o aproveitamento de imóveis vazios ou abandonados, é segundo tema mais citado, depois de segurança. Já na AP4, o que aparece em segundo é “despoluição das águas (rios, córregos, baías, mananciais, etc)”. Na AP3 e na AP5, além das questões relativas à mobilidade, têm destaque também o tema dos serviços públicos de educação e saúde. Na AP2, ganha destaque temas como coleta seletiva, patrimônio histórico e urbanização de favelas.

Os gráficos abaixo mostram os resultados gerais e por área de planejamento.

Gráfico 6. Temas mais importantes para melhorar a qualidade de vida no seu bairro - Geral



Gráfico 7. Temas mais importantes para melhorar a qualidade de vida no seu bairro – Por AP



AP 3



AP 4



AP 5



3. CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS ATÉ 31/10/22 (ANÁLISE PARCIAL)

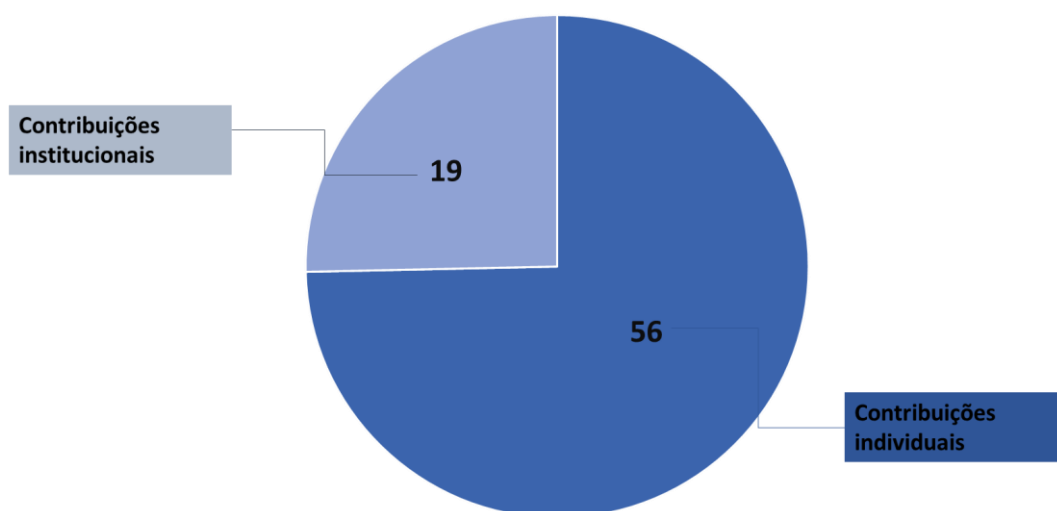
Paralelamente às discussões das audiências territoriais e juntamente com a enquete pública, foi disponibilizado um formulário online para envio de propostas da sociedade civil. Este formulário está disponibilizado no site da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, na página dedicada aos assuntos do Plano Diretor, conforme imagem abaixo.



Até o momento de fechamento deste produto (31/10/2022) foram recebidas 74 contribuições. Vale ressaltar, no entanto, que, conforme determinação da Comissão Especial do Plano Diretor, o formulário ficará aberto até a data de 10 de novembro. O material aqui apresentado corresponde, portanto, de análise parcial das contribuições e no próximo produto, serão consideradas as demais proposições que eventual sejam ainda enviadas.

Das 74 contribuições consideradas nesta análise, 56 são individuais e 19 institucionais. Algumas dessas proposições foram enviadas pelas mesmas pessoas ou grupos, porém abordando temas diferentes.

Gráfico 8. Total de contribuições recebidas até 31/10/2022



Para sistematizar essas contribuições, foi elaborada uma planilha com informações preenchidas nos formulários (ver Anexo 2). Nela, são apresentadas informações como bairro, tema e as propostas na íntegra. Também foi inserida uma coluna com *link* de acesso para os casos em que as propostas foram enviadas por meio de documentos ou cartas. Além disso, foram incluídas duas colunas de análise do IBAM sobre cada, que indicam o conteúdo a que se refere cada proposta e o tipo de vinculação possível com o PLC 44/2021. O objetivo dessas duas colunas de análise é o de indicar possíveis formas de classificação das propostas de modo a apoiar os vereadores na leitura das mesmas e avaliação da pertinência de proposição de emendas ao projeto de lei a partir de tais contribuições.

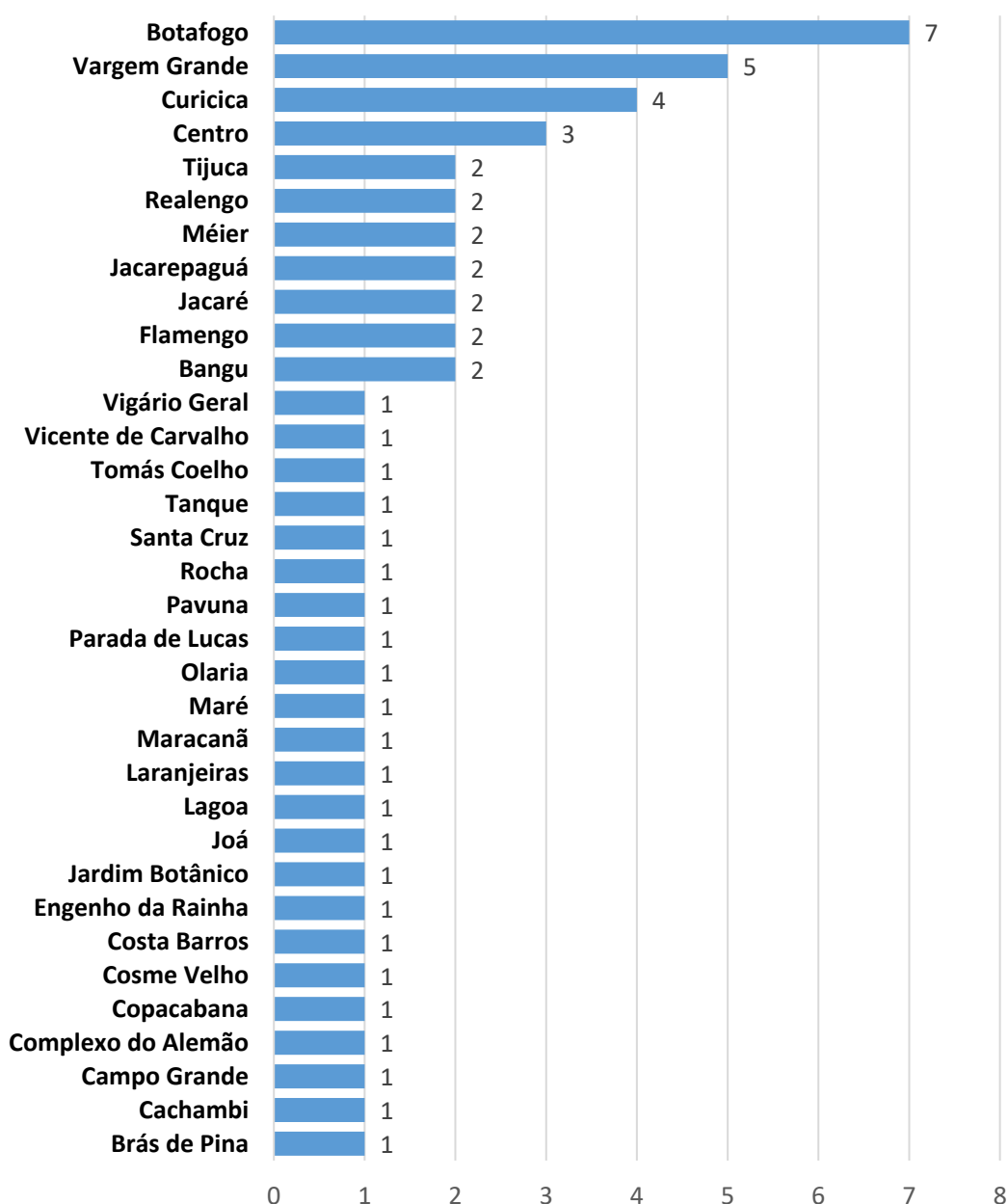
2.1. Contribuições individuais

As contribuições individuais, na sua grande maioria, dizem respeito a problemas, situações, demandas muito próprias dos bairros que as pessoas moram ou até mesmo sobre determinados trechos ou ruas. Muitas têm a ver com situações que dependem muito mais da ação cotidiana do Município na prestação dos serviços públicos do que propriamente de comandos do Plano Diretor. Ainda assim, no seu conjunto, expressam desafios que estão postos para a gestão urbana na perspectiva de promover a qualidade

de vida urbana. Nesse sentido, podem orientar o aperfeiçoamento das diretrizes, das ações tidas como estruturantes e, eventualmente, a indicação mais clara de prioridades nas diferentes regiões da cidade.

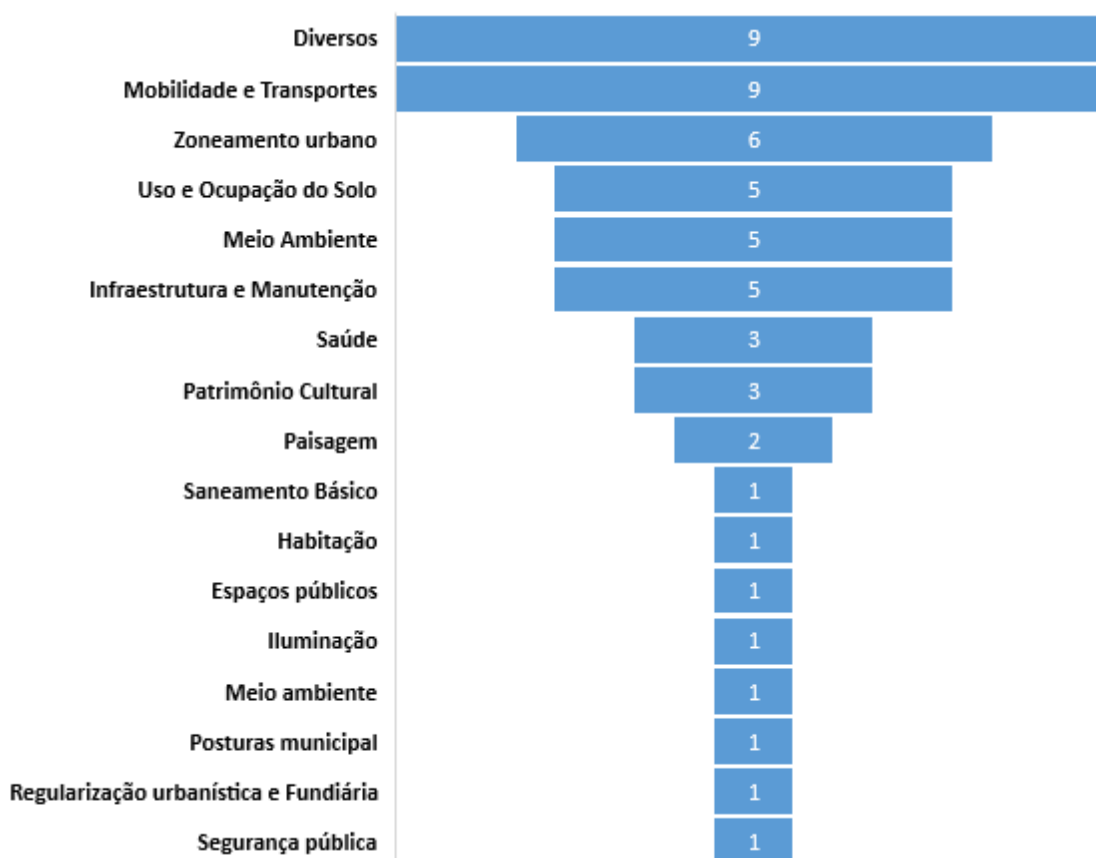
Dentre as áreas de planejamento, foi da AP2 que veio o maior número de contribuições, com destaque para Botafogo, que registrou 7 delas. Os bairros de Vargem Grande, Curicica e Centro vêm em seguida com 5, 4 e 3 contribuições, respectivamente. Os demais bairros tiveram 2 ou 1 contribuições, como pode ser observado no gráfico abaixo.

Gráfico 9. Distribuição por Bairros



Vários participantes fazem contribuições diversas, apresentando um cenário de suas localidades no que tange tanto problemas de mobilidade como saneamento básico, demanda por equipamentos de saúde e educação, espaços públicos, e outros. Como pode ser observado no gráfico 4, o tema específico com maior incidência é o da mobilidade. Muitas vezes, destacam problemas como pouca oferta de transporte público, problemas na integração de modos e demandas por implantação de ciclovias.

Gráfico 10. Temas das contribuições individuais.



Nos temas de uso e ocupação do solo, as contribuições apontam críticas ou propostas para seus bairros no que se refere aos usos por zonas e parâmetros urbanísticos, em especial gabaritos. Porém não são propostas objetivas de mudanças dos critérios propostos no PLC 44/2021.

Algumas das proposições podem, eventualmente, serem contempladas por emendas ao Anexo 1 do PLC 44/2021, de ações estruturantes, por tratarem de soluções gerais ou localizadas sobre os temas ali abordados. A análise do IBAM na planilha do Anexo 2 deste documento sinaliza casos em que tal relação parece possível.

2.2. Contribuições institucionais

Além das contribuições individuais, foram recebidas também contribuições de 17 entidades de representação da sociedade civil carioca, que apresentaram suas propostas seja pelo formulário seja por meio de documentos encaminhados diretamente à Comissão Especial do Plano Diretor. São as entidades que enviaram propostas até o momento:

Ademi e Sinduscon	Associação de moradores da comunidade Santa Luzia	Associação de Moradores de Vargem Grande	Associação de Moradores do Méier (AMME)	Associação de Moradores do Rocha, Riachuelo e adjacências (AMA)
Conselho Popular do Rio de Janeiro	Instituto dos Advogados Brasileiros	Mobilização Social de Cordovil e Adjacências (MSCA)	Movimento União Popular (MUP)	Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública - NUTH
Com Cat - Comunidades Catalisadoras	PUC-Rio	Sindicato de Hotéis e Meios de Hospedagens do Município do Rio de Janeiro – HotéisRIO	SISGUARIO	Autarquia Guarda Municipal
	Associação Cultural, Esportiva e Agrícola de Santa Cruz	Fórum Socioambiental da Zona Oeste		

De modo geral, as contribuições apresentam manifestações, reivindicações ou preocupações das instituições em relação a temas do Plano Diretor. Os documentos encaminhados podem ser acessados pelos links indicados na planilha do Anexo 2 e podem representar contribuições valiosas para os parlamentares formularem e/ou embasarem suas propostas de emendas aos PLC 44/2021.

Entretanto, algumas das contribuições apresentam sugestões já na forma de emendas ao PLC 44/2021 e sobre essas tecemos, a seguir, alguns comentários, apontando os pontos de ajuste sugeridos. Evidentemente, tais sugestões deverão ser apreciadas pelos senhores e senhoras vereadoras que poderão, se for o caso, transformá-las em emendas no âmbito do processo legislativo.

As instituições que apresentaram de modo mais objetivos propostas ao texto do PLC 44/2021 até o momento foram:

1. Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro – Núcleo de Terras e Habitação – NUTH;
2. Associação de Dirigentes do Mercado Imobiliário – ADEMI - & Sindicato da Indústria da Construção Civil – SINDUSCON;
3. Sindicato Patronal de Hotéis e Meios de Hospedagens do Município do Rio de Janeiro – HotéisRIO;
4. Instituto dos Advogados Brasileiros – IAB;
5. ComCat – Comunidades Catalisadoras

Além dos comentários a seguir, os documentos completos das instituições acima relacionadas podem ser acessados pelos links indicados na planilha do Anexo 2.

Comentários ao Documento de Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro – Núcleo de Terras e Habitação – NUTH

O documento do NUTH inicia sua apresentação reconhecendo que algumas das importantes contribuições que apresentaram ao Executivo, quando da elaboração do PLC 44/21, foram de fato absorvidas, notadamente no que se refere ao Artigo 430, que trata do Sistema Integrado de Controle do Uso, Ocupação e Regularização do Solo Urbano, regulamentado como SICOS, pelo Decreto Rio no 42.992 de 3 de abril de 2017 e elogiam a atitude.

Todavia, consideram que nem todas as sugestões foram incluídas no texto final apresentado à Câmara Municipal e que veem na iniciativa da promoção de Audiências Públicas nesse processo de aprovação do Projeto de Lei, a oportunidade de voltar a elas. No próprio Caput do Artigo 430, sugerem uma alteração na redação da definição de seus objetivos, com a seguinte redação: “...tem por objetivo identificar os usos e ocupações irregulares que cumprem função social da propriedade, os usos e ocupações irregulares e regulares que não cumprem função social da propriedade e os usos e ocupações irregulares em áreas de proteção do meio ambiente”.

No Artigo 431, que trata da composição do SICOS, sugerem o acréscimo no final do inciso II, a expressão: “Notadamente habitação de interesse social, regularização fundiária de interesse social, assistência social e meio ambiente”. No Artigo 432, inciso I, incluem uma expressão ao seu final “em observância do princípio da não remoção (Artigo 7º, XX)”.

Em seguida, apresentam acréscimos de sugestões, sempre com o caráter de proteger as populações em assentamentos de baixa renda, em praticamente todos os itens do inciso, ou seja, em cada uma das situações elencadas no texto da do PLC. Menos pelo item f) que sugerem a supressão, justificada por sua subjetividade, com a pergunta “o que seriam impactos negativos na paisagem”?

Ainda no mesmo Artigo 431, em seu inciso II, que trata da criação de metodologia para acompanhamento da evolução dos indicadores da regularidade do solo urbano para subsidiar as ações dessa Lei Complementar, acrescentam a expressão “respeitadas as seguintes diretrizes” e apõem três itens, que basicamente se opõem ao surgimento e à comercialização de loteamentos e edificações irregulares, mesmo que em curso e, uma vez ocupadas se se confirmar a necessidade de demolição, os residentes devem ser acolhidos por secretarias órgão municipais para a solução da moradia.

Com relação ao Inciso IV, sugerem sua supressão, uma vez que entendem que a matéria já estaria sanada no Inciso III (anterior). Da mesma forma, com relação ao inciso VII, sugerem a supressão pela mesma razão, ou seja, o inciso III, já a resolve. Por outro lado sugerem o acréscimo de um parágrafo 1º com o seguinte teor: *“Na hipótese do inciso III, devem ser priorizadas as ações voltadas à redução das necessidades habitacionais, melhoria das condições urbanas dos assentamentos precários e da infraestrutura essencial, e, devem ser priorizados os procedimentos de controle voltados às terras urbanas que não cumprem a função social da propriedade e da cidade, bem como o exercício do poder de polícia em ocupações iniciadas ou em curso, que não se caracterizem como exercício dos direitos declarados no Pacto internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais - PIDESC e no Protocolo de San Salvador, hipótese em que a questão deverá ser solucionada no âmbito do Poder Judiciário”*. A inserção desse Parágrafo, altera a numeração dos dois parágrafos subsequentes.

Com relação ao Artigo 433, sugerem a alteração do inciso III, que menciona “solicitar ao Poder Público a realização de Audiências Públicas para prestar esclarecimentos à população”, entendem que o próprio Conselho, integra o Poder Público e, portanto, apenas precisa, como redigem: “realizar, no âmbito de suas competências, audiências públicas, garantindo a efetiva participação popular”.

Além disso, acrescentam um 2º parágrafo ao artigo com o seguinte teor: *“O Conselho Municipal de Controle do Uso, Ocupação e Regularização do Solo Urbano submete-se ao controle do Conselho Municipal de Política Urbana - COMPUR, ao qual incumbirá apreciar e recomendar, anualmente, medidas de planejamento do SICOS, além de acompanhar e fiscalizar as ações executadas em decorrência do SICOS, com avaliação de seus resultados”*.

O documento é finalizado com alguns textos relativos a sublinhar algumas justificativas às sugestões de emendas apresentadas, que, em linhas gerais, buscam afirmar a participação e a proteção das populações desassistidas, sobretudo no tocante à habitação e à habitabilidade desse segmento dos e das cariocas.

Os detalhes do documento entregue, podem ser consultados no link: <https://drive.google.com/open?id=1qgBBr0NsTuGSUm6-dIdGczZC08hFeprY>

Comentários às sugestões da Associação dos Dirigentes do Mercado Imobiliário – ADEMI, e Sindicato da Indústria da Construção Civil - SINDUSCON

Essas Instituições, que juntas constituem o segmento da construção civil e do mercado imobiliário, direcionam suas sugestões à defesa dos interesses que representam. Dividem seu documento em duas linhas, como se verá a seguir.

Na primeira linha, apresentada à título de “Comentários Gerais”, criticam a inserção das normas referentes ao Parcelamento da Terra e ao Uso e ocupação do Solo – **respectivamente os Títulos IV e V do PLC 44/21**. Alegam para tanto, que o Plano Diretor deve ter alcance de dez anos e essas matérias são mais dinâmicas, devem merecer PLCs separados.

Na verdade, se trata de alegação que não encontra respaldo, uma vez que sendo tratadas no PLC ou em instrumentos separados, caso seja de fato necessária alguma alteração nessas normas, a missão de modificá-las é similar à de modificar o próprio Plano Diretor.

Ademais, a supressão de dois títulos do Projeto de Lei, seria por demais prejudicial ao processo de elaboração, pelo Executivo, e de sua apreciação pelo Legislativo Municipal, além de levar a um impasse na prática legislativa com superposição e possíveis conflitos entre matérias tratadas no PLC 44/21, como o macrozoneamento, os limites das zonas e subzonas, entre outras e a legislação em vigor. Entende-se que esse quadro de miscelânea de leis e normas, que vigora hoje no Rio de Janeiro, corresponde justamente ao que o Poder Executivo pretende superar ao buscar um compêndio único sobre a matéria da regulação urbana na Cidade do Rio de Janeiro.

Na segunda linha de considerações, as instituições apresentam sugestões de medidas supressivas, modificativas ou até mesmo de adicionais nos Títulos I; II; IV e V, ou seja, inclusive aqueles que propõem retirar do projeto de lei. Em linhas gerais, tais medidas sempre se apoiam na justificativa de maior otimização dos terrenos e dos padrões construtivos e/ou na direção da diminuição dos custos dos empreendimentos.

No **Título I**, sugerem a supressão do item XX, do Artigo 70, que trata de não remoção de favelas e loteamentos irregulares e apontam para a urbanização e regularização dessas áreas. Alegam que a manutenção desse item representa um estímulo a novas invasões.

No item XXI do mesmo Artigo 70, igualmente sugerem a supressão, pois nele se incluem “áreas frágeis de baixadas”. O termo “frágeis” seria bastante subjetivo e haveria muitas áreas de baixadas que poderiam não ser consideradas frágeis. Nesse caso, talvez coubesse um esclarecimento conceitual, por meio da inserção de um parágrafo a respeito.

No **Título III**, artigos 90 a 97, que tratam dos critérios de cobrança da Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC), sugerem alternativas de modificações, tornando-a mais branda, nos indicadores e no tempo. Alegam que, da forma como está colocada no PLC 44/21 “irá gerar uma enorme retração do mercado, que hoje já está com muita dificuldade em viabilizar os empreendimentos”. Todavia, deve ser lembrado que o PLC, já traz medidas de mitigação da cobrança no tempo e, ainda, que tal cobrança já constava do Plano Diretor 1992 de modo similar e jamais foi cobrada.

No Artigo 98, que trata das Operações Urbanas Consorciadas (OUC) e Áreas de Interesse Específico, sugerem a não obrigatoriedade da manutenção do Coeficiente de Aproveitamento Básico (CAB) estabelecido para a área. Já no Artigo 103, que trata da Transferência do Direito de Construir (TDC) em OUC ou OUC simplificadas, sugerem que o potencial construtivo a ser transferido seja a do Coeficiente de Aproveitamento Máximo. Cabe observar que tal medida seria incoerente com o conceito de Coeficiente de Aproveitamento Básico proposto e exigiria adequação conceitual de diversos dispositivos do projeto de lei. No mesmo Artigo, no parágrafo 5, entendem que “a indenização deva ser feita pelo efetivo valor do imóvel, deduzido o valor do potencial construtivo transferido”.

Com relação ao parágrafo 4º do Artigo 127, que trata da delimitação de áreas de Especiais de Interesse Comum, alegam que se trata de matéria de atribuição do legislativo e no parágrafo 7º, sugerem sua supressão, pois, consideram que “Congelamentos discricionários são traumáticos para a região afetada”.

Finalmente, ainda no Título III, criticam o Artigo 132, que trata do Parcelamento e da edificação ou a utilização compulsória, do solo urbano não edificado, subutilizados ou não utilizados, pois alegam que tal instrumento apenas poderá ser utilizado no caso de terrenos não edificados.

Com relação ao **Título IV**, do parcelamento do solo urbano, embora reafirmem a necessidade de Lei específica, apresentam sugestões em vários Artigos e parágrafos.

Com relação ao Parágrafo Único do Artigo 260, que estabelece que “o parcelamento de um terreno que crie lotes com testada somente para PAAs projetados e ainda não

implantados deve ser considerado como loteamento” sugerem a supressão pois, como alegam, “considerar desmembramentos como loteamentos implicaria em doações desnecessárias. O interessado já terá o ônus de urbanizar o logradouro”.

Sempre sustentando a justificativa de que exigências contidas no PLC 44/21 oneram os empreendimentos e os inviabilizam, sugerem alterações nos Artigos 262 a 265 que tratam das Diretrizes Territoriais. Propõem a supressão tal documento ou, no máximo, que seja exigido em terrenos de mais de 100.000 m². Já nos artigos 271 – da largura dos logradouros, sugerem que seja de 12 m, ao invés de 13m. No 272, que as quadras tenham 250 m de extensão ao invés dos 200 m, como consta do PLC.

No Artigo 275, que remete ao Anexo XXV – “Doações ao Município”, sugerem a manutenção das exigências hoje vigentes, pois, segundo alegam, “aumentam em muito as doações exigidas”. No mesmo artigo, parágrafo 5º, sugerem que seja incluído que as áreas *non aedificandi* não sejam computadas nas áreas de transferência obrigatória, pois representariam doações adicionais.

Finalmente em relação ao Artigo 279, que estabelece condições para as áreas destinadas a equipamentos públicos, sugerem manter as condições atuais, uma vez que as exigências de testada mínima (inciso II), poderão inviabilizar a doação de vários terrenos, pois ficariam abaixo da exigência mínima de 35m.

No **Título V**, Do Uso do Solo, mais uma vez as instituições que subscrevem o documento afirmam o desejo da supressão do Título em sua íntegra, mas apõem sugestões em alguns Artigos e parágrafos. Na verdade, a quase todos.

Com relação ao Artigo 310, depreendem que segundo o Caput e o parágrafo 2º, todas as construções necessitariam de Relatórios de Impacto de Vizinhança - RIV. Discordam e entendem que apenas obras de Grande Porte precisariam de ter RIV.

Ainda sobre o tema do Impacto de Vizinhança, no Artigo 317, à critério do Poder Executivo, “mediante solicitação do interessado, permitir realização de Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV - previamente a um pedido de licenciamento”, e no parágrafo 2º se estabelece a validade 180 dias para esse EIV. As instituições representadas sugerem que a validade do EIV – RIV, seja estendida até o final da obra.

No Artigo 323 que trata da Área Total Edificável – ATE – e estabelece as exceções para seu somatório sugerem que seja suprimido o item II, referente a vagas, “conforme estabelecido na seção X desse Capítulo”, pois, segundo comentam “as vagas exigidas são muito menos que a demanda”, em várias regiões. E no mesmo Artigo sugerem a criação de um inciso X, no qual incluem os pavimentos de uso comum e de estacionamento elevado, de forma a que não fossem incluídos no somatório da ATE.

Coerente com a sugestão anterior, sugerem no Artigo 326, que se refere à projeção horizontal das edificações, um inciso VIII, também excepcionalizando os embasamentos.

Em seguida, sugerem a supressão dos Artigos 327 a 329 que determinam a Superfície Livre Mínima (SLM), ou seja, os percentuais de terrenos que devem ser mantidos livres de ocupação em função da drenagem e, como alternativa sugerem a utilização de pavimentações drenantes, “de forma a poder aproveitar o terreno para estacionamento e acessos”.

Com relação ao Artigo 330, que estabelece os gabaritos por zona e subzona, sugerem a manutenção da legislação anterior, uma vez que nesse PLC as coberturas são computadas como pavimentos.

Contestam o Artigo 339, que determina valores de afastamentos frontais, em função do número de pavimentos, com o claro objetivo de manter níveis razoáveis de iluminação e de sombreamento, alegando que afastamentos diferenciados ficariam desalinhados e propõem a manutenção da legislação atual.

O Artigo 341 estabelece que “as edificações afastadas das divisas em ZRM, ZCS, ZUM e ZCC poderão ter até três pavimentos não afastados das divisas laterais e de fundos, formando embasamento” e estabelece condições concomitantes. Também aqui contesta-se o inciso IV, que se refere a condição de respeitar a SLM do terreno, e consideram que os pavimentos de embasamento não sejam computados no cálculo do número de pavimentos.

No Artigo 344, entra-se na polêmica questão das vagas de estacionamento por área de Planejamento. Nos casos em que apresentam questionamentos – Inciso II – AP 2; Inciso IV – AP4; e parágrafo 5ª- locais para guarda de bicicletas - caminham na direção de sugerir a diminuição do número de vagas.

No Artigo 345, sugerem o não pagamento de OODC nas áreas referentes a vagas construídas, em quaisquer condições.

No Artigo 348, que define a tipologia dos Grupamentos Residenciais, sugerem a criação de um inciso adicional – VI – Referente Grupamento de áreas Privativas, aliás incluídos no Anexo XXI, mas não mencionado no corpo desse PLC. Ainda no mesmo Artigo – no parágrafo 5ª, que estabelece que as normas federais, estaduais e municipais, prevalecerão, sugerem o acréscimo da expressão “quando menos restritivas”.

Já sobre o Artigo 349, sugerem sua supressão na íntegra e justificam: “limitação a vinte mil m² impede a construção de grupamentos maiores, com rateio de custos entre um número maior de pessoas”.

Com relação às vias internas dos grupamentos, quando se estabelece 1,5 m para circulação de pessoas. Sugerem redução para 1,20 m.

No Artigo 350, que estabelece a distância máxima entre a edificação situada na via interna, até a via que lhe dá acesso, seja de 25m, seja estendida para 40m, nos casos das ZEIS, tal como na legislação atual. Ainda no Artigo 350, sugerem o acréscimo de um inciso VII, com a seguinte redação: “Para fins de dimensionamento das vias internas, ficam excluídas as unidades que, tendo frente para logradouro público, distem até 40 metros deste e possam ser divididos virtualmente conforme disposto no § 2º”.

Em relação ao Artigo 374, que estabelece a exigência de um “Plano Mestre” em áreas superiores aos 20.000 m², sugerem sua supressão, sob a alegação que tal exigência cria mais burocracia.

Finalmente em relação ao Artigo 395, referentes aos projetos aprovados ou decreto que estabeleça “limite máximo de profundidade de construção, com ou sem formação de área coletiva, serão mantidos os critérios previstos pelos mesmos, a fim de complementar o padrão volumétrico predominante na quadra”. Sugerem excluir a exigência para os casos não seja prevista formação de área coletiva.

O documento é concluído com sugestões relativas ao Anexos XVII e XXII e com algumas “Sugestões de Inovações”, que podem ou não ser consideradas na revisão do PLC 44/21.

O Original encaminhado, pode ser acessado pelo link: https://drive.google.com/file/d/1qUwvyHrY7zUJLkWAO2t74VZb1i9_-kYk/view

Comentários às sugestões do Sindicato Patronal de Hotéis e Meios De Hospedagens do Município do Rio de Janeiro –HotéisRIO

Realce-se, inicialmente, que a instituição responsável pelos serviços de hotelaria e meios de hospedagem da cidade do Rio de Janeiro, em seu documento, não apresenta qualquer crítica ou sugestão ao corpo do PLC 44/21. Ou seja, não entra no mérito do estabelecido no projeto de Lei, em relação a macrozoneamento, zoneamento, ou parâmetros urbanísticos. Tem como foco a necessidade de reparo no Anexo I do PLC 44/21, que associa Objetivos, Diretrizes a Ações Estruturantes, normalmente afetas ao Poder Executivo e, de forma geral, alinha ações ou atividades que escapam ao campo de competência da própria Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (SMPU).

O que registram e desenvolvem é o fato de que não há nesse anexo um quadro especificamente direcionado ao Turismo, sendo essa atividade uma das mais importantes da cidade. É verdade que quando o Anexo I trata de ações relacionadas ao Meio Ambiente, à Cultura, à Paisagem ou ao Patrimônio Cultural está, mesmo que de forma indireta, tratando dos ativos que efetivamente dão sustentação ao turismo. Contudo, é de surpreender o fato de que no quadro que trata do Desenvolvimento Socioeconômico, não exista menção à atividade.

Dessa forma, apresentam um quadro específico para o Turismo, desenvolvido sobre os seguintes objetivos: i) Melhorar a "percepção da imagem" da Cidade como destino turístico de primeira linha junto aos mercados nacional e internacional; ii) Incrementar a realização de Congressos Técnico-Científicos, Culturais, Freiras, Seminários, Simpósios, etc. na Cidade, de forma a atrair um visitante de maior poder aquisitivo, notadamente na baixa temporada turística; iii) Incrementar a demanda de turistas para a Cidade através da apresentação da oferta de produtos turísticos junto aos operadores nos mercados alvo, nacional e internacional; iv) implantação, manutenção e difusão permanente de um Calendário de Eventos à serem realizados na Cidade, abrangendo um horizonte de 10 anos; v) Aumentar o volume de gastos do turista na Cidade, sua mobilidade e o tempo médio de permanência; vi) Capacitação e estímulo à melhoria dos serviços prestados pela mão de obra do receptivo turístico da Cidade; vii) Melhoria da Percepção acerca da Segurança Turística da Cidade; e viii) Retorno dos Investimentos originados dos programas e ações do turismo.

A cada um desses objetivos, propõem uma Diretriz e um conjunto expressivo de Ações Estruturantes, que podem ser melhor conhecidas na leitura do documento pelo link https://drive.google.com/file/d/18yGk9m_aCXvEDhjne5Jv-w8QM-Q_-yun/view

Sem entrar no mérito das ações sugeridas, a inclusão do tema em quadro específico do Anexo 1 do PLC 44/2021 não parece sugestão descabida ou desconforme com o espírito do próprio Projeto de Lei.

Comentários às sugestões de emendas advindas do Instituto de Advogados Brasileiros

A sugestão apresentada pelo representante do Instituto, Dr. Frederico Price Grechi, ainda na Audiência Pública de 24 de março de 2022 é bastante objetiva e já formatada como emendas, inclusive com fundamentação / justificativa.

Interfere na redação do caput do Artigo 99, quando sugere a substituição da expressão “prioritariamente” por “necessariamente”, referindo-se à destinação dos recursos oriundos da cobrança da OODC.

No Artigo 424, que trata da competência do SIPLAN, sugere um acréscimo de um parágrafo 9º, com a seguinte redação: *“As subprefeituras (7), que administram as regiões administrativas da cidade, promoverão, com a periodicidade mínima de 01 (um) ano, debates, audiências e consultas públicas junto à população local para acompanhamento e avaliação da execução do plano diretor e elaboração de propostas de revisão e alteração futuras, cujos resultados integrarão o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Urbana, Ambiental e da Paisagem Cultural – SIPLAN”*

E, finalmente, no Artigo 461 sugerem a alteração de duas expressões na mesma frase, substituindo-se: “Os processos autuados até o dia anterior à edição dessa Lei...”, por “Os processos protocolados até o dia anterior à publicação dessa Lei...”

Os detalhes do documento entregue, podem ser consultados no link: https://drive.google.com/file/d/1bHzzK9_NDIDFv9zYKEvijYX4B9GHTVq/view

Comentários às sugestões da Comunidades Catalisadoras - ComCat

O documento apresentado pela ComCat se debruça especificamente sobre um dos instrumentos propostos no PLC 44/2021: o Termo Territorial Coletivo (TTC). São formuladas três propostas de emendas, no sentido de aperfeiçoar o tratamento dado ao instrumento e ao seu próprio entendimento, sendo uma aditiva, uma supressiva e outra modificativa.

A proposta de emenda aditiva sugere que o TTC possa “ser instituído no âmbito de procedimentos de regularização fundiária de interesse social (Reurb-S)”, alegando que o instrumento é “intrinsecamente relacionado à regularização das áreas informais”. Na visão da instituição, sem essa emenda a utilização do TTC poderia se tornar mais custoso. Esclarece, no entanto, que “não se pretende inserir um novo legitimado para a regularização fundiária, mas sim permitir a integração entre dois instrumentos fundamentais para a política urbana e a garantia do direito à moradia das populações vulnerabilizadas”. De acordo com o documento a emenda poderia ser feita tanto ao art. 34 do PLC 44/2021, que trata da REURB, como ao art. 148 que trata do próprio TTC.

A proposta de emenda supressiva se refere ao parágrafo 2º do art. 147 que indica que o TTC “será regulamentado por ato do Poder Executivo”. O entendimento é que o instrumento não depende de nenhuma regulamentação posterior, pois utiliza “instrumentos já existentes e regulamentados no ordenamento jurídico nacional”. Sua previsão no Plano Diretor, no entanto, cumpre papel político e conceitual relevante conforme destacado.

A última proposta é de emenda modificativa que incide sobre o art. 151 do PLC 44/2021, que trata da dissolução do TTC. Pelo texto original, a dissolução poderia ocorrer “por decisão de dois terços de seus membros”. Para a ComCat, no entanto, a dissolução deve ser “por decisão unânime de seus membros”, justificando que uma das características do TTC seria sua perpetuidade. Segundo a instituição “o caráter duradouro do TTC garante a segurança da posse de gerações de moradores das comunidades aderentes ao modelo, além de perpetuar os investimentos públicos realizados no território, garantindo seu direcionamento no sentido da garantia do direito à moradia adequada de populações urbanas vulnerabilizadas”.

Os detalhes do documento entregue, podem ser consultados no link:
<https://drive.google.com/file/d/1tqchISOSahoy7bLmEG63t6Q4bZOLq8MI/view>

Comentários gerais aos documentos apresentados pelas Associações de Moradores

Como visto acima, além de contribuições recebidas de instituições de setores representativos da Cidade do Rio de Janeiro, também chegaram às mãos dessa assessoria documentos entregues por Associações de Moradores de distintas áreas da Cidade. De modo geral, tais documentos apontam para questões específicas às respectivas áreas. No entanto, sem entrar no mérito das propostas, os vereadores poderão avaliar a inclusão de algumas dessas reivindicações no quadro específico do Anexo 1, de ações estruturantes. Outras entidades trazem proposições que tem implicação mais direta em possíveis alterações do PLC 44/21.

A **Associação de moradores e amigos dos bairros do Rocha, Riachuelo e adjacências** escreveu uma carta contendo uma lista com levantamento de diversas empresas que saíram dos bairros ou foram extintas. A associação citou a vocação da área para geração de empregos e necessidade de ações de revitalização na região. Solicitaram a construção de um Parque nos terrenos pertencentes ao Estado do RJ, na rua Almirante Ari Parreiras nº 528/538 no bairro Rocha. Vale destacar que tal proposta conflita com um projeto paralisado para a área, mas reivindicado na audiência pública da RP 3.2, de construção de um conjunto habitacional de 204 unidades, pertencente ao Programa Casa da Gente. Os detalhes do documento entregue, podem ser consultados no link:
https://drive.google.com/file/d/1PUEEh8e0O0fx0_YJD5ZFeBG3XMFolJmA/view?usp=sharing

Já a **Associação de moradores do Méier** critica de um modo geral os parâmetros propostos para a região, em especial o aumento de coeficiente de aproveitamento e de gabaritos. Julga também a ampliação de zonas mistas, demonstrando preocupação com a implantação de mais polos gastronômicos. Não são apresentadas, no entanto, propostas de mudanças dos parâmetros ou dos usos indicados no PLC 44/2021. Demandam, por fim, de forma também abrangente, a melhoria na oferta de transportes e da acessibilidade, a construção de ciclovias e a fiação subterrânea. Os detalhes do documento entregue, podem ser consultados no link:
https://drive.google.com/file/d/1ZhFpCApaAwJriPDC6OJr_bZv6C4-fSRZ/view

A **Associação de moradores da Comunidade Santa Luzia, de Vargem Pequena**, em seu documento, ressalta o processo de especulação imobiliária que a região vem sofrendo e requisita: a reconstituição do mosaico das Vargens, conforme discutido em audiências públicas anteriores; a permanência do reconhecimento das AEIS da região bem como

que suas delimitações sejam feitas com a participação da população local; a urbanização e o reconhecimento do direito de propriedade aos moradores de Santa Luzia. Os detalhes do documento entregue, podem ser consultados no link: https://drive.google.com/open?id=1zqAs54Tffnf4pB5P7VVtBR89VHjk_goN

A **associação de moradores e amigos de Vargem Grande** também apresentou um documento criticando as ações do poder público nos últimos anos. Denunciam o conflito entre as diretrizes do PLC que evocam a temática ambiental, o estímulo à agricultura urbana e a preservação do patrimônio natural da cidade, mas que destoam de uma série de leis e decretos que incidem sobre a região. Ressaltam ainda a contradição desse conjunto de normativas com o Plano Popular das Vargens. Denunciam também a contradição da delimitação da Refúgio da Vida Silvestre (REVIS) dos Campos de Sernambetiba. Apresentam por fim uma série de reivindicações que não implicam diretamente no PLC, mas de outras leis ou instrumentos que incidem na dinâmica urbana da área, como por exemplo o congelamento dos licenciamentos na região, a publicização de quantos e quais empreendimentos imobiliários estão previstos no território, uma análise dos impactos dos decretos ambientais aprovados recentemente na região. Especificamente sobre o PLC 44/2021, solicitam que o texto da lei se adeque às reivindicações expostas durante a audiência do dia 17/10/2022. Os detalhes do documento entregue, podem ser consultados no link: <https://drive.google.com/file/d/1WVdV-hxlzbQrne6loMyT6PZYIOuMRjh3/view>.

O Conselho Popular do Rio de Janeiro, que reúne moradores das favelas e das ocupações da Cidade do Rio de Janeiro, dentre as quais Rocinha, Vidigal, Rio das Pedras, Muzema, Indiana, Trapicheiros, Santa Luzia, Barrinha, Arroio Pavuna, Horto, Vila Autódromo, a região das Vargens e outras comunidades, também entregou documentos. Explicitou em carta uma série de apontamentos sobre a questão habitacional da cidade, em especial a não remoção de favelas e a democratização do acesso à terra, e sobre o fortalecimento da gestão democrática, não só na fase de elaboração do Plano Diretor, mas também durante o seu acompanhamento e monitoramento. No documento encaminhado, apresentaram, ainda, propostas de delimitações de 15 AEIS, inclusive aquelas aprovadas pelo legislativo municipal.

Mais diretamente relacionado ao PLC, reforçam os instrumentos de cota de solidariedade, a OODC, a regularização fundiária e o Termo Territorial Coletivo e IPTU progressivo, parcelamento e edificação compulsória, com garantia de ampla participação democrática. Propõem a “destinação de 50% (cinquenta por cento) do valor arrecadado com a outorga onerosa para habitação de interesse social deve constar no texto do Plano Diretor, conforme pactuado nos grupos de trabalho realizados pelo Poder Executivo antes do encaminhamento do PLC no 44/2021”.

Propõem também a inclusão no texto do Plano Diretor de:

- obrigatoriedade de criação de um plano de prevenção de desastres socioambientais a fim de mitigar os riscos de deslizamentos, enchentes e alagamentos, além de ações prioritárias para a contenção de encostas, saneamento básico, reflorestamento e drenagem.
- obrigatoriedade de criação de um plano emergencial para o reassentamento de famílias vítimas de desastres socioambientais e removidas pela prefeitura na última década e que se encontram desassistidas, muitas das quais sem receber o aluguel social temporário anunciado.

Solicitam, ainda, a destinação de áreas específicas para o fomento da agricultura urbana para o cultivo, produção, criação, processamento e distribuição de produtos alimentares e não alimentares. Os detalhes dos documentos entregues, podem ser consultados nos seguintes links:

https://drive.google.com/file/d/1oNil9n3-K3stYoG7mxD_RsN37cQ_SUQB/view

<https://drive.google.com/file/d/1sgW6vIE6dPBAKEcpeEFYHyQL7P5Kp8Z9/view>

Outras contribuições

A proposta encaminhada por um representante do Campus PUC- Rio, apesar de não se referir a emendas, propõe de forma muito pontual e objetiva alterações para a Zona onde se localiza a universidade. Classificada como Zona de Operações Especiais - ZOE, subzona D, o PLC 44/2021 não estabelece parâmetros no anexo XII, com exceção do Coeficiente de Aproveitamento Máximo (CAM), deixando em aberto os demais critérios como “condições especiais de aproveitamento”. A proposta apresentada solicita a inclusão de taxa de ocupação de 40% e gabarito de 8 pavimentos, segundo eles conforme já coadunado em debate com a Secretaria Municipal de Urbanismo em 2017. No documento é demandado, ainda, que o Campus seja incluído fora das Zonas de Restrição a Ocupação, conforme Anexo X do PLC 44/2021. Cabe destacar, no entanto, que o art. 64. PLC 44/2021 indica o enquadramento das áreas de restrição à ocupação, não cabendo incluir ou retirar áreas isoladamente, mas analisar a pertinência das condições previstas no referido artigo.

Outras associações não enviaram documentos, apenas pontuaram questões específicas ou não pertinentes ao conteúdo do PLC. Por exemplo, a Mobilização Social de Cordovil e Adjacências reproduziu o inciso VIII do art. 3º, dos princípios da política urbana expostos no PLC: “amplo acesso dos moradores no seu bairro e cercanias a bens e serviços de educação, saúde, assistência social e áreas verdes, acessíveis por caminhada

de até quinze minutos;”. O Movimento União Popular reforçou a manutenção do artigo referente às áreas de especial interesse social e o fomento de seus instrumentos. Duas contribuições relacionadas a órgãos da Guarda Municipal solicitaram ações relacionadas ao efetivo da guarda, o que não tem relação direta com o escopo do Plano Diretor. O Fórum Socioambiental da Zona Oeste propôs a implantação de IPTU Verde como forma de incentivar a manutenção e o plantio de árvores na calçada, jardim ou terreno e a composição de agentes comunitários “para Conservação e Gestão de Resíduos e de águas e canais hídricos”.

ANEXOS

Anexo 1. Síntese dos debates das audiências territoriais

Anexo 2. Planilha de análise das contribuições recebidas até 31/10/2022.

AP	RP	Principais Temas							
1	1.1	Preocupação com o conceito da Zona Franca Urbanística, parâmetros propostos e não definição dos usos permitidos	Preocupação com a incorporação dos parâmetros da APA Santa Teresa no PLC	Críticas a baixa capacidade de realização do adensamento projetado na OUC Porto Maravilha	Questionamento em relação a critérios de afastamentos, em especial quanto ao afastamento progressivo	Preocupação com a sobreposição de usos e os parâmetros construtivos propostos em São Cristóvão.	Derrubada do Viaduto Paulo de Frontin	Incentivo ao uso residencial, em especial habitação de interesse social	Maior presença do poder público nas favelas, com instalação de equipamentos de saúde, educação, espaços públicos e saneamento básico
		Importância de desenvolvimento de um programa de locação social	Destinação dos imóveis públicos municipais e as condições de alienação dos mesmos	Maior presença do poder público no bairro do Rio Comprido (oferta de equipamentos públicos e áreas verdes, acessibilidade e outros)	Preocupação com os impactos no patrimônio arquitetônico - vocação cultural da região	Atendimento das reivindicações dos camelôs e Regularização e ordenamento da economia informal (vendedores ambulantes e camelôs)			
2	2.1	Preocupação com a incorporação dos parâmetros de PEUS e APAs no PLC	Importância dos instrumentos de planejamento urbano, em especial Estudo de Impacto de Vizinhança e IPTU Progressivo.	Preocupação com o adensamento proposto - áreas já adensadas e saturadas	Revisão da demarcação das áreas das favelas- critério das ZEIS	Maior presença do poder público nas favelas, com instalação de equipamentos de saúde, educação, espaços públicos e saneamento básico	Reconhecimento das APACs dentro do Plano Diretor		
	2.2	Preocupação com o adensamento - conforto ambiental e clima urbano e alto índice de vacância dos imóveis	Vedação da construção em subsolo na Praça da Bandeira	Exigência de Estudo de Impacto de Vizinhança no Alto da Boa Vista	Problemas de drenagem e necessidade de despoluição dos rios Maracanã e Joana	Ampliação da oferta de equipamentos públicos, em especial creches	Revisão da demarcação das áreas das favelas- critério das ZEIS	Melhoria na acessibilidade e arborização das calçadas	
	3.1	Preocupação com o Conceito da Zona Franca Urbanística, proposta de verticalização e falta de definição dos usos permitidos	Preocupação com a falta de previsão da implantação do BRT TransBrasil e os possíveis impactos	Problemas de drenagem e necessidade de revitalização ambiental dos Rios Faria Timbó e Canal do Cunha	Revisão da demarcação das áreas das favelas - critério das ZEIS	Maior presença do poder público nas favelas, com instalação de equipamentos de saúde, educação, espaços públicos e saneamento básico	Tratamento especial das franjas dos Complexos da Maré e do Alemão - altos índices de vacância dos imóveis	Requalificação das 35 praças do Complexo da Maré mapeadas pelo projeto “a praça que queremos”	Necessidade de mais espaços públicos e áreas verdes
	3.2	Preocupação com o adensamento - capacidade de suporte das infraestruturas, fenômeno das ilhas de calor e perda da ambiência local, em especial proposto na região do Jacaré, Rocha e Riachuelo	Perda de linhas de ônibus na região	Superlotação dos trens, problemas nos horários e falta de manutenção das estações ferroviárias	Problemas de drenagem no Canal do Cunha e o Rio Jacaré e nos rios dos bairros de Água Santa e Encantado;	Maior presença do poder público nas favelas, com instalação de equipamentos de saúde, educação, espaços públicos e saneamento básico	Ampliação da oferta de equipamentos públicos, em especial creches e unidades de saúde	Necessidade de mais espaços públicos e áreas verdes	

AP	RP	Principais Temas									
3	3.3	Preocupação com o adensamento - capacidade de suporte das infraestruturas, fenômeno das ilhas de calor e perda da ambiência local	Perda de linhas de ônibus na região	Precariedade dos trens e necessidade de soluções de integração tarifária e integração entre modais	Preocupação com a falta de previsão da implantação do BRT TransBrasil e os possíveis impactos	Ações de macrodrenagem - Combate às enchentes do Rio Acari	Necessidade de ações de recuperação do patrimônio de Marechal Hermes e preocupação com os parâmetros do PLC	Implantação do Parque da Serra da Misericórdia	Ampliação da oferta de equipamentos públicos , em especial creches e reativação de espaços culturais , como a Lona Vista Alegre	Melhor conexão entre espaços públicos e de lazer, como ciclovias no acesso ao Parque Madureira	Tratamento dos polos gastronômicos da região de Irajá
	3.4	Preocupação com o adensamento - capacidade de suporte das infraestruturas, fenômeno das ilhas de calor e perda da ambiência local	Perda de linhas de ônibus na região	Saturação da Linha 2 do metrô	Maior presença do poder público nas favelas, com instalação de equipamentos de saúde,educação, espaços públicos e saneamento básico	Revisão da demarcação das áreas das favelas (critério das ZEIS)	Qualificação das calçadas e passeios públicos em função do aumento significativo de trabalhadores e trabalhadoras na economia informal e ambulante	Fechamento das ruas com sistema de cancelas nas ruas do bairro de Maria da Graça			
	3.5	Preocupação com o adensamento - capacidade de suporte das infraestruturas, fenômeno das ilhas de calor e perda da ambiência local	Preocupação com o tratamento dado na área de entorno da Igreja da Penha e o impacto das mudanças de parâmetros	Precarie-dade do Ramal Saracuruna	Necessidade de melhoria do sistema de policiamento e qualificação urbanística do entorno das estações do BRT	Melhoria no sistema de transporte dos bairros que integram a região, em especial o Jardim América	Recuperação ambiental Rio Meriti e demais corpos hídricos da região	Problemas de alagamentos nos bairros de Vigário Geral e Cordovil	Reabertura ao público do Parque Ary Barroso e Preservação da área verde do IBGE	Valorização das manifestações culturais de Parada de Lucas	Incentivo à utilização de energia solar em equipamentos públicos , em especial, nas escolas municipais
	3.6	Problemas de tráfego e de conectividade entre bairros	Falta de ciclofaixas na região	Problemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto em diversos bairros	Ampliação da oferta de equipamentos públicos , em especial clínica da família e UPA em Anchieta e também escolas	Necessidade de mais espaços públicos e áreas verdes	Melhoria do sistema de logística da região	Desenvolvimento do Polo da Pavuna			
	3.7	Preocupação com o adensamento - capacidade de suporte das infraestruturas e perda da ambiência urbana local	Falta de qualidade e oferta do transporte público , estado de conservação do transporte hidroviário	Problemas de drenagem - estação de tratamento Praia da Rosa	Impacto de empresas e empreendimentos no transporte e saneamento	Maior presença do poder público nas favelas , com instalação de equipamentos de saúde, educação, espaços públicos e saneamento básico	Valorização do patrimônio histórico da região (ex: Pedra da Onça e Ponta do Tiro)	Preocupação com a Poluição da Baía de Guanabara e preocupação com a questão ambiental dos manguezais da região	Ampliação da oferta de equipamentos públicos	Melhoria da acessibilidade na região e conservação de equipamentos de esporte e lazer	

AP	RP	Principais Temas									
4	4.1	Preocupação com o adensamento - capacidade de suporte das infraestruturas , fenômeno das ilhas de calor e perda da ambiência local	Precariedade de atendimento do BRT e falta de integração com ônibus para deslocamentos internos	Implantação de uma malha cicloviária	Crescimento do processo de favelização e necessidade de regularização da região	Maior presença do poder público nas favelas , com instalação de equipamentos de saúde, educação, espaços públicos e saneamento básico	Preocupação com ocupação em áreas de risco e cuidado na realocação de famílias	Revisão da demarcação das áreas das favelas - critério das ZEIS	Preocupação com a preservação das franjas das Unidades de Conservação - definição das vocações		
	4.2	Necessidade de discussão sobre os parâmetros da Zona do Plano Piloto (Revisão do decreto de 1981)	Preocupação com o adensamento - capacidade de suporte das infraestruturas	Importância de estudos de impacto ambientais e do EIV - Estudo de Impacto de Vizinhança	Dúvidas sobre a cobrança da OODC e administração do fundo	Implantação do Transporte Aquaviário na Lagoa de Jacarepaguá e Marapendi	Saturação e precariedade do BRT na região	Preocupação da articulação do Plano Diretor com o Plano de Saneamento Básico	Incentivo à projetos culturais na região		
	4.2-Vargens	Preocupação com o adensamento - capacidade de suporte das infraestruturas e vocação da região	Precariedade da frota e baixa oferta de transporte público	Falta de infraestrutura de saneamento da região	Muitas áreas suscetíveis a inundação - necessidade de preservação do mosaico das vargens	Revisão da demarcação das áreas das favelas e loteamento- critério das ZEIS	Reconhecimento dos quilombos da região	Problemas na regularização dos agricultores familiares - conflitos IPTU x ITR	Críticas à delimitação da REVIS dos Campos de Sernambetiba	Identificação de áreas agrícolas produtivas	Necessidade de ampliação da oferta de equipamentos públicos , não há UPA na região
5	5.1	Preocupação com o adensamento - capacidade de suporte das infraestruturas , fenômeno das ilhas de calor e perda da ambiência local	Preocupação com os parâmetros para as áreas hoje ocupadas pelo Exército	Perda de linhas de ônibus na região	Combate a alagamentos e enchentes do Rio Catarina	Fiscalização das áreas de amortecimento do Maciço da Pedra Branca - ocupações irregulares e incêndios	Valorização do patrimônio e cultura local como a Casa da Silveirinha e Fazenda Viegas	Reinvidicação da implantação do Parque Verde Realengo	Criação de polos de geração de emprego e renda na região		
	5.2	Preocupação com projeto de criação do túnel que ligará a Estrada da Caroba e a Estrada da Posse e necessidade de ciclovias na Estrada da Posse	Ampliação da oferta de transporte público no horário noturno	Provisão de habitação de interesse social	Maior presença do poder público nas favelas , com instalação de equipamentos de saúde, educação, espaços públicos e saneamento básico	Reconhecimento dos quilombos localizados no entorno da Pedra Branca	Problemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto	Importância das unidades de conservação e reconhecimento como área de relevante interesse ecológico na Serra da Paciência	Preocupação com conflito de usos e necessidade de identificação de áreas agricultáveis	reconhecimento dos territórios agrícolas no Município e conflitos IPTU x ITR	Necessidade de ampliação da oferta de equipamentos públicos

AP	RP	Principais Temas								
5	5.3	Preocupação com o adensamento capacidade de suporte das infraestruturas	Pavimentação da Avenida do Matadouro e duplicação da Avenida Areia Branca e da Estrada de Sepetiba.	Necessidade de proteção e valorização dos corpos hídricos da região	Maior presença do poder público nas conjuntos habitacionais instalados nos últimos anos	Poluição da Baía de Sepetiba - impactos ambientais das balsas termelétricas	Impactos sociais e ambientais causados pelas atividades industriais na região	Importância das áreas agrícolas e áreas com potencial agrícola	Descaracterização dos imóveis da APAC Santa Cruz	
	5.4	Preocupação com o adensamento - tamanho dos lotes x permeabilidade do solo e capacidade de suporte das infraestruturas	Precariedade do BRT , falta de cabines de pontos de ônibus e de oferta de horários de transporte público	Problemas de tratamento de esgoto - Despejo de esgoto diretamente no Rio Cabuçu-Piraquê	Problemas de drenagem na Estrada da Pedra - enchentes no Jardim Maravilha	Poluição da Baía de Sepetiba - impactos ambientais das balsas termelétricas	Necessidade de um plano de contingência da defesa civil para áreas próxima aos Maciços	Incentivo ao turismo de base comunitária na região (caiçaras e pescadores) e política de valorização do patrimônio local	Políticas de incentivo à agricultura urbana e agroecologia identificação de áreas de potencial agrícola/restrição do avanço da malha urbana na região	Necessidade de ampliação da oferta de equipamentos públicos de saúde, educação, lazer e postos de segurança

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS - Resultado Parcial - 31/10/22						Análise IBAM	
Qual seu bairro?	Representa algum grupo/entidade?	Se sim, qual?	Sobre qual assunto deseja fazer sua contribuição?	Quais as suas propostas para este assunto?	Se você deseja enviar algum arquivo com suas contribuições, adicione aqui	Classificação Preliminar	Vinculação possível com o Plano Diretor (preliminar)
Maracanã	Não		Uso e Ocupação do Solo	ISENTAR OS BARES E RESTAURANTES DO PAGAMENTO DE TAXAS DE USO DE MESAS E CADEIRAS EM CALÇADAS PÚBLICAS NAS ESQUINAS DA RUA MARIZ E BARROS NO MARACANÃ E GRANDE TIJUCA.		Demanda pontual	Indireta
Brás de Pina	Não		Infraestrutura e Manutenção	Urbanizar a av. shultz wenk, na altura do nº 420 ou em toda a sua extensão. Vexame o que a prefeitura e os órgão públicos fazem. largado!		Demanda pontual	Diretrizes Ações Territorializadas
Realengo	Não		Diversos	Acredito que temos vários pontos a melhorar no bairro. Gostaria de iniciar pela área de segurança. Eu passo de segunda a sexta na rua marechal Soares Andréia, na altura do número 90. E presencio vários motoqueiros, principalmente moto táxi, andando em cima da calçada, colocando em risco vida das crianças e inclusivo dos transeuntes. Já entrei em contato com o batalhão da área, mas não obtive resposta. Inclusive, algumas vezes existe a presença da polícia militar, mas por volta das 7:40 às 8:00, ou seja, esse horário já não tem mais trânsito e não existirá a infração dos motoqueiros. Sem falar na falta da presença da guarda municipal em pontos cruciais para inibir roubos e furtos. Transporte-> É URGENTE o aumento de linhas de ônibus e transporte alternativo, como de vans, no nosso bairro. A circulação durante a semana é dificultosa e final de semana, não temos opção nenhuma de ônibus. Agradeço por poder contribuir com informações e de uma certa forma denunciar os abusos cometidos pelos cidadãos infratores.		Descrição de situação / problema	Indireta
Jacaré	Não		Diversos	Plantio de Árvores, favelização e falta de fiscalização nas construções residenciais		Proposta geral	Diretrizes
Rocha	Não		Mobilidade e Transportes	Há 2 anos morando no bairro e com a redução da linha 275 e retirada da linha 277, ambas que vão para o Centro, penso que uma linha que faça ligação do metrô com as ruas do bairro, de extrema necessidade, visto que, as ruas que ficam mais para dentro e que saem na Ana Neri, são muito desertas e com assaltos frequentes, impossibilitando o trajeto a pé.		Descrição de situação / problema	Ações Territorializadas
Centro	Não		Mobilidade e Transportes	Colocar um metrô na praça cruz vermelha e ônibus passando por dentro do bairro que é muito carente,l. Tínhamos o C10 mas passava quando queria, inviável.		Demanda/Proposta	Diretrizes Ações Territorializadas
	Sim	PUC-Rio	Uso e Ocupação do Solo	Mudança na taxa de ocupação e que o Campus esteja fora da demarcação das Zonas de Restrição a Ocupação - Anexo X	https://drive.google.com/open?id=1UaPuz2xtfBCN8dILp0p54OoPmq8Fd-tZ	Demanda pontual	Zoneamento Parâmetros Urbanísticos
Botafogo	Não		Diversos	O bairro de Botafogo, como outros do Rio, possui imóveis, tombados ou não, com jardins e quintais que constituem ilhas verdes de extrema relevância para abrigo e ponto de descanso para a fauna que transita entre as unidades de conservação que o margeiam. A substituição desses jardins por prédios impacta sobremaneira essa fauna, além de reduzir a circulação de ar, a insolação, a infiltração de água da chuva, impactar o trânsito e sobrecarregar ainda mais o bairro. A existência de corredores contínuos de árvores e ilhas de vegetação é essencial para evitar o atropelamento de espécies arborícolas e para possibilitar que espécies mais sensíveis possam continuar sobrevivendo no bairro, realizando o papel de dispersores de sementes e polinizadores entre a flora dos diversos fragmentos florestais, mantendo a variabilidade genética e, portanto, a viabilidade dessas populações. Vejam: https://www.amabotafogo.org.br/post/mobiliza%C3%A7%C3%A3o-para-preservar-a-floresta e http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4595787/4116261/corredores_verdes.pdf		Descrição de situação / problema	Diretrizes Ações Territorializadas Zoneamento Parâmetros Urbanísticos
Botafogo	Não		Habitação	Minha proposta é que se faça a desapropriação de imóveis que descumpram a função social da propriedade e sua adequação para fins habitacionais, buscando uma solução ao crescimento das favelas e à necessidade de moradia por parte da população desprovida de habitação. Isso deve ser aliado a uma política de assistência social e uma campanha contra a estigmatização de moradores de habitações populares, além da implantação de novas parcelas de reflorestamento no âmbito do Programa Mutirão Reflorestamento. O bairro tem espaço para todos, desde que haja políticas de democratização, assistência, empregabilidade e infraestrutura urbana.		Demanda/Proposta	Diretrizes Instrumentos da Política Urbana
Botafogo	Não		Saneamento Básico	Implantação de rede coletora com vistas à despoluição da Praia de Botafogo e da Baía de Guanabara como um todo.		Demanda/Proposta	Diretrizes Ações Territorializadas
	Sim	Associação de Moradores do Rocha, Riachuelo e adjacências (AMA)	Uso e Ocupação do Solo	Solicita a construção de um Parque nos terrenos pertencentes ao Estado do RJ, situados à rua Almirante Ari Parreiras no 528/538, no bairro Rocha.	https://drive.google.com/file/d/1PUEEh8e0O0fx0_YJD5ZFeBG3XMFoIjmA/view?usp=sharing	Demanda/Proposta	Ações Territorializadas
	Sim	Associação de Moradores do Méier (AMME)	Zoneamento urbano	Levantamento contra a ampliação de gabarito e mudanças no zoneamento com vistas à ampliação ou implantação de zonas mais mistas. A favor de uma maior mobilidade urbana e transporte público.	https://drive.google.com/file/d/1ZhFpCApaAwJriPDC6Ojr_bZv6C4-fSRZ/view?usp=sharing	Demanda/Proposta	Diretrizes Zoneamento Parâmetros Urbanísticos

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS - Resultado Parcial - 31/10/22						Análise IBAM	
Qual seu bairro?	Representa algum grupo/entidade?	Se sim, qual?	Sobre qual assunto deseja fazer sua contribuição?	Quais as suas propostas para este assunto?	Se você deseja enviar algum arquivo com suas contribuições, adicione aqui	Classificação Preliminar	Vinculação possível com o Plano Diretor (preliminar)
	Sim	Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública - NUTH	Uso e Ocupação do Solo	Alterações ao PLC 44/2021: Art. 430. / Art. 431. inciso II / Art. 432. inciso I, I a), b), c), d), e), f), g)/ Art. 432. inciso II, IV, VII/ Art. 432. §1, §3 / Art. 433. inciso III / Art. 433. § 2	https://drive.google.com/open?id=1ggBBr0NsTuGSUm6-dIdGczZC08hFeprY	Demanda/Proposta	Revisão do texto legal
	Sim	ComCat - Comunidades Catalisadoras	Habitação	Emendas à artigos sobre o Termo Territorial Coletivo	https://drive.google.com/file/d/1tqchlSOSahoy7bLmEG63t6Q4bZOq8MI/view?usp=share_link	Demanda/Proposta	Revisão do texto legal
	Sim	Sindicato de Hotéis e Meios de Hospedagens do Município do Rio de Janeiro - HotéisRIO	Princípios, objetivos e diretrizes gerais	Adicionar ao Anexo I seção Turismo. Ênfase no fortalecimento e promoção da cidade como destino turístico.	https://drive.google.com/open?id=18yGk9m_aCXvEDhjne5Jv-w8QM-Q_-yun	Demanda/Proposta	Ações estruturantes setoriais
	Sim	Ademi e Sinduscon	Uso e Ocupação do Solo	Emendas a vários artigos sobre o parcelamento, ocupação e uso do solo: Título I, Título III, Título IV e Título V	https://drive.google.com/file/d/1qUwvyHrY7zUJLkWAO2t74VZb1i9_-kYk/view?usp=sharing	Demanda/Proposta	Revisão do texto legal
Lagoa	Não		Meio ambiente	Saneamento Lago Rodrigo de Freitas Melhorias no morro dos cabritos Manutenção parque da Catacumba		Demanda/Proposta	Diretrizes Ações Territorializadas
Botafogo	Não		Posturas municipal	Proponho que seja regulamentada a instalação de equipamentos de refrigeração de grande porte, como os instalados na cobertura ou no telhado de prédios de supermercados, com vistas ao controle da poluição sonora que esses equipamentos produzem, especialmente, à noite, de forma a propiciar aos moradores do bairro condições adequadas ao bom sono.		Proposta geral	Indireta
Laranjeiras	Não		Mobilidade e Transportes	Continuação do projeto Rio Cidade na parte que ficou faltando, do viaduto do túnel Sta.Barbara até i Cosme Velho.		Demanda/Proposta	Ações Territorializadas
	Sim	MSCA Mobilização Social de Cordovil e Adjacências	Diversos	VIII – amplo acesso dos moradores no seu bairro e cercanias a bens e serviços de educação, saúde, assistência social e áreas verdes, acessíveis por caminhada de até quinze minutos;		Demanda/Proposta	Diretrizes
Vigário Geral	Não		Saúde	Upas para vigario geral;parada d2 lucas e jardim América/e hospital		Demanda/Proposta	Ações Territorializadas
Maré	Não		Saúde	Terapias multidisciplinar para pessoas com deficiência cognitiva e física e seus familiares.		Demanda/Proposta	Indireta
Centro	Não		Mobilidade e Transportes	Gostaria que fosse pensado num processo gradativo de conversão de ruas que são muito estreitas, na região central existem várias delas, em ruas sem carro. A rua da quitanda, por exemplo, tem apenas uma pista em vários trechos e um comércio muito aquecido. Poder andar nela livremente impulsionará mais esse comércio.		Demanda/Proposta	Diretrizes
Cachambi	Não		Saúde	Boa noite. Minha proposta seria a obrigatoriedade das maternidades do município em fazer ligaduras em gestantes que possuem dependência químicas por drogas ilícitas, cuja a renda familiar seja no máximo de um salário mínimo. Grato.		Demanda/Proposta	Indireta
Jacaré	Não		Diversos	Proponho orientação sobre infraestrutura, limpeza urbana, favelização do bairro, arborização e segurança.		Proposta geral	Diretrizes
Curicica	Não		Uso e Ocupação do Solo	uso e ocupação do solo	https://drive.google.com/open?id=1ZQnXm1L-iU4WhOQFWkhJVJuptYj2J9LJ	Descrição de situação / problema	Diretrizes Ações territorializadas
Curicica	Não		Infraestrutura e Manutenção	INFRAESTRUTURA	https://drive.google.com/open?id=1iquGnaLCt_SYHA9SIUzB6po6ZZWub-A	Demanda/Proposta	Diretrizes Ações territorializadas
Curicica	Não		Saneamento Básico	SANEAMENTO	https://drive.google.com/open?id=1VOL6dpd21NP0t9_doiryB-dNOLIEKxE2	Demanda/Proposta	Diretrizes Ações territorializadas
Curicica	Não		Iluminação	ILUMINAÇÃO	https://drive.google.com/open?id=1bCPHixgDKBIG8LeJiiWCO_Dj6Gnq1GZ5	Demanda/Proposta	Diretrizes Ações territorializadas

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS - Resultado Parcial - 31/10/22						Análise IBAM	
Qual seu bairro?	Representa algum grupo/entidade?	Se sim, qual?	Sobre qual assunto deseja fazer sua contribuição?	Quais as suas propostas para este assunto?	Se você deseja enviar algum arquivo com suas contribuições, adicione aqui	Classificação Preliminar	Vinculação possível com o Plano Diretor (preliminar)
Vargem Grande	Não		Diversos	Para esta região das VARGENS ficou nítido que licenciamentos pretéritos foram concedidos de forma devastadora antes deste novo PD e que falar sobre ele agora não gerará efeitos as obras gigantescas que já estão em fase de construção. Sugiro trazer mais infraestrutura para a região: energia solar, como microusinas, sistemas de energia fotovoltaica nas casas e sistemas agrícolas que utilizem energia, já que a LIGHT já identificou problema na subestação da região. Quem sabe uma redução de IPTU para quem tiver energia solar como forma de estimular esta produção mais sustentável? Em relação a desmatamento, desmatamento zero ou praticamente zero já que a região é bucólica e o microclima da região impacta DIRETAMENTE o clima das demais áreas do Rio de Janeiro assim como o sistema hidrográfico da Zona. Em relação a paisagem, há de se manter gabarito baixo para que se possa ter um clima ameno e podermos visualizar a paisagem verde da região. A parte cultural, proteger tudo que envolva sertão carioca, o Carnaval de rua, as cavalgadas, visitas as cachoeiras, quilombos, igrejas católicas (capelas históricas). Em relação a divisão e legalização do solo, autorizar o REURB e respeitar a função social do imóvel e também o direito de propriedade, autorizar a todos que já chegaram na terra ANTES dos novos licenciamentos estilo minha casa minha vida, que terão habite-se e RGI individualizados, que tenha de forma SIMPLIFICADA como por exemplo, o LICIN ou até outro meio mais simples, que possam ter seus registros por meio de ESCRITURA PÚBLICA, USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL OU ATAS NOTARIAIS SEUS REGISTROS EM RGI INDIVIDUALIZADOS, não apenas o IPTU INDIVIDUALIZADOS! Já que a região não possui água para todos, autorizar a outorga dos poços artesanios sem ônus aos moradores de boa fé e facilitar este registro junto aos órgãos. Autorizar o sistema de pump solar onde os poços artesanios funcionam com energia limpa, solar e autorizar todo tipo de e ergia solar a compensar crédito de carbono gerando uma renda ao investidor e agricultor que utilizar esta modalidade, por exemplo. A manutenção das ruas e do escoamento pela Prefeitura, dos rios que estão completamente assoreados e abandonados. Fiscizacao do desvio do Rio do Sacarrão após a obra do condomínio Sacarrão 1800, que ocasionou alagamentos nos condomínios vizinhos onde nunca ficaram debaixo d'água e pós desvio de leito passaram a ficar. Fiscalização de trânsito onde caminhões passam em alta velocidade na Estrada do Sacarrão, onde familias passam de bicicleta todos os dias. Um asfalto liso e que seu recapeamento não seja de remendo e sim que seja cavado com profundidade de cinco em cinco anos para que não apareçam novas crateras após a primeira chuva. (Estudar estilo Suíço por exemplo). Não remover os comerciantes locais mais antigos que já são conhecidos de todos e que trazem a sensação de familiaridade ao bairro. Reforma urgente do posto de saúde de Vargem Pequena que fica na Estrada dos Bandeirantes, está COMPLETAMENTE MOFADO. Tem algo errado alí. Há mais de cinco anos não recebe uma manutenção e pintura. Onde se trata de saúde não pode haver mofo. Estímulo a esporte para jovens da região na praça, por isso uma reforma na Praça Agapanto é necessária, respeitando a integração maravilhosa que há com a natureza. Reforma da pista de sakate, iluminação melhor, remoção dos formigueiros, novos brinquedos no parquinho, duas quadras melhores para os jovens que usam o local diariamente, alguns chuveiros com pumping de energia solar para que as crianças se banhem em dias de calor, bebedouro e banheiro, igual no parque do bosque da barra, uma horta na praça, aulas de horta, instalação de câmeras e monitoramento na Praça Agapanto. Saneamento básico na região é urgente. Mais creches e escolas modelos. Mais estímulo a uso de bicicletas. Novas linhas de ônibus com ônibus novos(utopia pois o sistema todo de ônibus da cidade está completamente COLAPSADO). O que faz das VARGENS um local mágico é justamente sua diversidade cultural, o respeito entre as diferenças sociais e a natureza local. IssoNÃO PODE ACABAR e está nas mãos dos senhores de proteger, valorizar ou destruir.		Demanda/Proposta	Diretrizes Ações territorializadas Zoneamento Parâmetros Urbanísticos
	Sim	MUP - Movimento Uniao Popular	Regularização urbanística e Fundiária	O artigo referente às áreas de especial interesse social devem se manter e fomentados seus instrumentos		Proposta geral	Diretrizes Instrumentos da Política Urbana
	Sim	Associação de moradores da comunidade Santa Luzia - Vargem Pequena	Gestão de riscos e adaptação às emergências climáticas;	Que seja discutido e incluído a população de comunidades carentes e resilientes, protegendo as áreas de especial interesse social, garantindo sua urbanização e proteção contra a especulação imobiliária.	https://drive.google.com/open?id=1zqAs54Tffnf4pB5P7VVtBR89VHjk_goN	Demanda/Proposta	Diretrizes Ações territorializadas Zoneamento Parâmetros Urbanísticos
	Sim	Associação de Moradores de Vargem Grande	Instrumentos da política urbana	Arquivo em anexo	https://drive.google.com/open?id=1WVdV-hxIzbQrne6IoMyT6PZYIOuMRjh3	Demanda/Proposta	Diretrizes Ações territorializadas Zoneamento Parâmetros Urbanísticos
	Sim	Conselho Popular do Rio de Janeiro	Habitação	Arquivos em anexo	https://drive.google.com/file/d/1oNil9n3-K3stYoG7mxD_RsN37cQ_SUQB/view?usp=sharing	Demanda/Proposta	Diretrizes Instrumentos da Política Urbana
	Sim	Conselho Popular do Rio de Janeiro	Diversos	Arquivos em anexo	https://drive.google.com/open?id=1sgW6vIE6dPBAKEcpeEFYHyQL7P5Kp8Z9	Demanda/Proposta	Diretrizes Instrumentos da Política Urbana
	Sim	Instituto dos Advogados Brasileiros	Diversos	Sugestões de alteração da redação em anexo	https://drive.google.com/file/d/1bHzzK9_NDIDFv9zYKEvijYX4B9GHTVg/view?usp=sharing	Demanda/Proposta	Revisão do texto legal
Vargem Grande	Não		Zoneamento urbano	Flexibilização das regras para a regularização dos condomínios existentes há mais de 20 anos em Vargem Grande.		Demanda/Proposta	Diretrizes Instrumentos da Política Urbana
Vargem Grande	Não		Mobilidade, Infraestrutura e Manutenção	Construção de ciclovias que interligam a Estrada dos Bandeirantes, com o final da Avenida das Américas e a Estrada do pontal com destino às praias da região, tendo como finalidade a redução do fluxo de veiculos. Além das Ciclovias, há principalmente necessidade de reforma das calçadas, iluminação e de sinalização de trânsito naquela área que está atualmente com essa precariedade. Vale ressaltar que a mesma esta se desenvolvendo a cada dia através das recentes construções de diversos apartamentos ao longo da Estrada dos Bandeirantes e que futuramente será uma localidade alvo de grandes empreendedores fomentando a região.		Demanda/Proposta	Diretrizes Ações territorializadas
Flamengo	Não		Políticas Públicas Setoriais - Patrimônio Cultural	O Castelinho da Praia do Flamengo que virou morada de pombos e infiltração. A casa ao lado também está em estado deplorável. Uma melhora nessas instalações é urgente.		Demanda pontual	Indireta

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS - Resultado Parcial - 31/10/22						Análise IBAM	
Qual seu bairro?	Representa algum grupo/entidade?	Se sim, qual?	Sobre qual assunto deseja fazer sua contribuição?	Quais as suas propostas para este assunto?	Se você deseja enviar algum arquivo com suas contribuições, adicione aqui	Classificação Preliminar	Vinculação possível com o Plano Diretor (preliminar)
Tanque	Não		Zoneamento urbano	PLANO PARA A URBANIZAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO 1parte tomar a favela utilizando forçaos militares tornada mais segura é importante não retirar os soldados 2parte mover a população voluntariamente para casas temporárias 3parte derrubar os barracos urbanizar as ruas garantindo o fácil acesso a educação transporte público saúde eentre outros parte 4 construir casas decentes mover os moradores de volta, mais não todos sinto dizer mais se eles continuarem todos juntos criaram outra favela. E disponibilizar a venda de terrenos no local e criando uma avenida planejada passando por dentro da favela preparada para um grande tráfego. A favela da qual falo e o complexo do alemão acho q tornaria a vida das pessoas melhores e vcs pensarão no resto		Demanda/Proposta	Diretrizes Zoneamento Instrumentos da Política Urbana
Santa Cruz	Sim	SISGUARIO	Segurança Pública	Aumentar o efeito da GMRIO		Demanda pontual	Indireta
Tomás Coelho	Não		Segurança pública	Seria importante a construção de um destacamento da PMERJ no entorno da área do metrô de Tomás Coelho, pois a população vem sendo oprimida pelo poder paralelo vindo do Juramento e do Juramentinho, obrigando que os moradores contratem serviços indicados por eles mesmos, numa forma de fortalecer ainda mais as finanças do tráfico.		Demanda pontual	Indireta
Olaria	Não		Infraestrutura e Manutenção	Limpeza das ruas e bueiros, poda das árvores, manutencao das ruas e calçadas esburacadas etc.		Demanda pontual	Indireta Diretrizes
Flamengo	Não		Uso e Ocupação do Solo	Para fins de aumentar a segurança da população do bairro e adjacências, oferta de emprego, lazer, etc minha sugestão: autorização e construção de somente 2 quiosques para venda de coco, refrigerante, etc na orla da Praia de Botafogo. Essa orla é muito escura, vazia e, consequentemente, perigosa. É preciso atrair turistas (dois hotéis em frente) e atletas que por ali correm e andam de bikes e pessoas que ali moram ou trabalham (uma saidinha às sextas feiras depois do trabalho) para que tenham um lugar para sentar e apreciar a linda paisagem do local enquanto saboreiam um coco gelado, etc.		Demanda pontual	Indireta
Centro	Não		Mobilidade e Transportes	Ciclovias interligando o Centro ao bairro da Tijuca e à zona sul da cidade.		Demanda/Proposta	Diretrizes Ações territorializadas
Jacarepaguá	Não		Meio Ambiente	Arborização das calçadas do bairro. As calçadas, tanto de áreas residenciais quanto de comerciais, precisam de arborização. Corredores verdes que baixam as temperaturas, e diminuem a poluição visual, do ar e sonora.		Demanda/Proposta	Diretrizes Ações territorializadas
Bangu	Não		Patrimônio Cultural	Ampliação da Biblioteca de Bangu,com possibilidades culturais e de termos mais conhecimento sobre a historia do lugar nao tão somente s partir da Fabrica Bangu		Demanda pontual	Indireta Ações Territorializadas
Botafogo	Não		Regularização urbanística e Fundiária	Permitir o aumento do gabarito para a construção de prédios em Botafogo em casos de edifícios comerciais. Os edifícios mais altos atraem mais investimento e dão aspecto mais moderno ao bairro.		Demanda/Proposta	Zoneamento Parâmetros Urbanísticos
Bangu	Não		Meio Ambiente	Criação de Hortas comunitárias, podendo ser nos CIEPES ,que possuem as vezes espaços para tal		Proposta geral	Diretrizes
Jacarepaguá	Não		Paisagem	Obrigar a Light a fazer o enterramento da fiação nas principais avenidas da cidade, ou pelo menos na principal rua de cada bairro. Que o projeto possa ser financiado pelos setores público-privados e que possa expandir por tempo intederminado.		Demanda/Proposta	Indireta
Campo Grande	Sim	Autarquia guarda municipal	Segurança pública	Apesar de suas diretrizes, é importante um olhar sobre a segurança pública municipal que tem dever de combater através do efetivo dá guarda municipal assuntos acerca de poluição sonora, má utilização das calçadas, ocupação do espaço público com construções irregulares, despejo de material em áreas de preservação dentre outras situações. Merece também atenção deste efetivo para que possam empenhar com mais qualidade seus serviços.		Proposta geral	Diretrizes
Cosme Velho	Não		Meio Ambiente	Como morador do Cosme Velho/Cerro Corá, proponho a criação de forma permanente do programa (Guardiões dos Rios/Conservando Rios), cito em especial a gestão que ocorreu durante o ano de 2018-2019, quando o programa mais apresentou êxito na preservação e restauração do Rio Carioca promovendo melhor qualidade de vidas para os moradores da Região. Além do proposto acima, cito ainda, a necessidade ações de conscientização para os moradores da região e uma obra de infraestrutura no que tange esgotamento sanitário das residências que beiram o Rio Carioca para reduzir o impacto ambiental, mantendo a preservação de um Rio com grande importância histórica, cultural e ambiental		Demanda/Proposta	Diretrizes Ações territorializadas
Realengo	Não		Meio Ambiente	Eu gostaria de falar sobre a preservação ambiental do bairro de Realengo e sobre a invasão imobiliária do parque estadual da Pedra Branca.		Descrição de situação / problema	Diretrizes Ações territorializadas

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS - Resultado Parcial - 31/10/22						Análise IBAM	
Qual seu bairro?	Representa algum grupo/entidade?	Se sim, qual?	Sobre qual assunto deseja fazer sua contribuição?	Quais as suas propostas para este assunto?	Se você deseja enviar algum arquivo com suas contribuições, adicione aqui	Classificação Preliminar	Vinculação possível com o Plano Diretor (preliminar)
Vicente de Carvalho	Não		Meio Ambiente	Intensificação da atuação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente na fiscalização de atividades potencialmente degradadoras, geradoras de poluição atmosférica (atividade industrial, queima de lixo, etc.), de poluição sonora (principalmente da atividade industrial), de poluição hídrica e de poluição visual. Trabalho de planejamento conjunto das Secretarias de Meio Ambiente e de Urbanismo visando melhorias na estrutura urbanística dos bairros, mitigação da poluição ambiental e elaboração de projetos de criação de áreas verdes, parques, praças, arborização de ruas, padronização de calçadas, remoção de fiação residual e/ou em excesso que sobrecarregam postes e colocam em risco a segurança dos cidadãos.		Proposta geral	Indireta
Copacabana	Não		Diversos	1) Criar Guarda Municipal fixa para os tuneis da cidade, fechando o a passagem de pedestre com vidro e vigilância 24 horas, não permitindo pessoas dormirem ou habitarem no interior dos tuneis e assim a população pode usar os tuneis para locomover-se sem perigo a vida. 2) Extinguir as atuais bancas de jornaleiros e colocar novas bancas com três boxes distintos menores em do que as atuais. Uma com jornais e revistas, outras com produtos que façam menção a cidade (camisetas, chapéus, etc) e uma terceira para flores. E assim aumentar o espaço para os passantes nas calçadas, Hoje as bancas de jornais já não vendem mais jornais e revistas e sim balas e doce e bugigancas chinesas. E diminuir as bancas, otimizar o espaço. 3) Retirar as bancas de plantas e flores e alocarem as mesmas só nas praças. Ex: na esquina da Siqueira Campos com a Barata Ribeiro os pedestres são obrigados a caminhar pela calçada. 3) No calçadão retirar alguns dos quiosques e transformar em pequenos quiosques redondos para a venda de comestíveis que são vendidas na praia. E PROIBIR COM RIGOR A VENDA DE COMESTIVEIS NAS PRAIAS. Principalmente, alcool, e camarões e etc... 4) Proibir venda de comestíveis pelos barraqueiros nas praias e se possivel que eles passem a alugar somente barracas e não cadeiras, pois as mesmas estão contaminadas e sujas e não há controle. E as barracas onde os mesmo se abrigam do sol devam ser grandes guardas sóis e não esse tipo atual. 5) PROIBIR todas as bandeiras nas praias que estão sujas e rasgadas e enfeiam o lindo ambiente da praia e do mar. 5) Fazer com que a Comlurb seja eficiente, após o ultimo prefeito acabou com a mesma, a praia não está sendo higienizada corretamente. Contratar mais gente e que comecem cedo, limpando o calçadão até a beirada praia. 6) Se a Policia Militar não consegue que a guarda Municipal comece a opera na praia a partir da 05:00hs da manhã, pois há muito furto nesse horário, visto que com o verão a praia começa a ser frequentada neste horário.6) Retirar TODOS OS CAMÊLOS das ruas e alocarem em predios comerciais. Há muito predio vazio no centro e a prefeitura possui muitos espaços vazios. Não há porque um comerciante esforçar-se em ter um negócio em um edificio comercial e uma outra pessoa ter dirteito a ficar em um ponto de grande veiculação de pessoas. Hpa uma grande discriminação contra os comerciantes em favor de pessoas que por algum motivo conseguiram licenças especiais para ficar na rua e nas ESQUINAS, atrapalhando a passagem de pessoas que querem atravessar as ruas. Esses camelos colocam a vida dos pedestres em perigo pois as esquinas estão lotadas de camelos. É necessario CORAGEM do prefeitos e dos Vereadores em organizar a cidade que vive principalmente e de turismo.		Proposta geral	Indireta Diretrizes
Jardim Botânico	Não		Infraestrutura e Manutenção	Asfaltamento de ruas ainda com paralelepípedo, como a rua Ministro Artur Ribeiro e arredores. Tornar a rua Eurico Cruz mão dupla, pois a rua Maria Angélica está sobrecarregada, principalmente no trecho que é mão dupla.		Demanda/Proposta	Ações Territorializadas
Parada de Lucas	Não		Espaços públicos	Terreno do IBGE em Parada de Lucas virar Parque/Vila Olímpica devido à ausência de espaços verdes públicos na região		Demanda/Proposta	Ações Territorializadas
Pavuna	Não		Mobilidade e Transportes	Que a prefeitura reveja o Valor Venal do IPTU do PAL 43413, pois é melhor aumentar a arrecadação do IPTU na quantidade de pagantes atualizando o Valor Venal para um valor que as pessoas possam pagar, de que ter uma quantidade expressiva de pessoas inadimplentes, afetando assim, a arrecadação municipal.	https://drive.google.com/open?id=1tnCkR9LRbWp8n-SENESYVOhYjbpu_-A5	Proposta geral	Indireta
Joá	Não		Zoneamento urbano	Deve ser permitida a construção de prédios aos moldes do Jardim Oceânico para que não haja tanto terreno vazio e casas abandonadas na região.		Demanda/Proposta	Zoneamento Parâmetros Urbanísticos
Campo Grande	Não		Diversos	Saneamento; ordem pública(vigilância sanitária, CLF, CCU, com suas seções atuem efetivamente, cadastramento dos ambulantes por bairro, fomento econômico; segurança GMRIO na rua seguindo(13022/14); ou fora da rua atuando nas repartições públicas municipais (escolas, hospitais, centros de saúde...); Escolas sem ausência de professores como nas escolas da "2 cre"; praças e parques na mesma qualidade dos existentes nas regiões norte e sul. (Praça Niterói). Enquanto, não tratarem próximo da igualdade as demais regiões e seus habitantes como é feito na zonal sul e em alguns pontos da norte, os problemas que seguem causando transtornos permanentes, todos esses anos aos contribuintes de Copacabana, Leme, Laranjeiras, Ipanema, Botafogo, Leblon... não reduzirão.		Demanda/Proposta	Ações Territorializadas
Botafogo	Não		Uso e Ocupação do Solo	O gabarito máximo deveria, nas zonas norte e oeste, aumentar muito em um perímetro de (talvez) 500m das estações de transporte de alta capacidade - trem, metrô e BRT. Nesses perímetros, os prédios poderiam ter menor número de vagas/apartamento, para estimular o uso do transporte publico.		Demanda/Proposta	Zoneamento Parâmetros Urbanísticos
Botafogo	Não		Políticas Públicas Setoriais - Mobilidade e Transportes	Nas zonas norte e oeste, todas as estações de metrô, trem e barcas devem estar integradas de forma física e tarifária a terminais de ônibus pequenos, com linhas pequenas que levam da estação até bairros perto. Por exemplo, Meier-Lins de Vasconcelos, Madureira-Vaz Lobo ou Cascadura-Valqueire, Cocotá-Jardim Guanabara.		Demanda/Proposta	Indireta Ações estruturantes

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS - Resultado Parcial - 31/10/22						Análise IBAM	
Qual seu bairro?	Representa algum grupo/entidade?	Se sim, qual?	Sobre qual assunto deseja fazer sua contribuição?	Quais as suas propostas para este assunto?	Se você deseja enviar algum arquivo com suas contribuições, adicione aqui	Classificação Preliminar	Vinculação possível com o Plano Diretor (preliminar)
Complexo do Alemão	Não		Uso e Ocupação do Solo	Acho que deveria ser incentivado, por meio do plano diretor, fachada ativa e uso misto, como tem ocorrido no Reviver Centro, mas em todos os bairros da cidade. Em áreas como favelas (onde eu moro), muitas pessoas recorrem à lojas irregulares como barracas e estandes na rua, por falta de local onde colocar lojas de fato.		Demanda/Proposta	Zoneamento Parâmetros Urbanísticos
Todos os Santos	Sim	Associação Cultural, Esportiva e Agrícola de Santa Cruz	Zoneamento urbano	As metragens arbitradas no zoneamento na área de Santa Cruz		Descrição de situação/problema	Sem proposição
Campo Grande	Sim	Forum Socioambiental da Zona Oeste	Meio Ambiente	IPTU verde. Oferecer desconto no IPTU a quem mantiver árvores ou áreas verdes em sua calçada, jardim ou terreno residencial. Imposto progressivo conforme redução da área impactada pela ilha de calor arrefecida.		Demanda/Proposta	Indireta
Campo Grande	Sim	Forum Socioambiental da Zona Oeste	Infraestrutura e Manutenção	Valer-se de ao menos 2 moradores por comunidade ou subbairro oficialmente reconhecido no ordenamento urbano para as funções de 1 Agente comunitário de Conservação e Gestão de Resíduos e 1 Agente comunitário de conservação de águas e canais hídricos		Demanda/Proposta	Indireta
Engenho da Rainha	Não		Mobilidade e Transportes	A ocupação da rua Adhemar Bebiano- chega ser brincadeira.esse problema poderia ser solucionado se houvesse a duplicação da rua e automaticamente as calçadas seriam diminuídas e acabaria essa ocupação desenfreada e estacionamento desalinhado. Fizeram a duplicação da via pela metade, seria uma forma de urbanizar o bairro que cada ver fica desvalorizado e desorganizado.		Descrição de situação/problema Proposta	Ações Territorializadas
Méier	Não		Mobilidade e Transportes	A Rua Dias da Cruz já está saturada e precisa ser transformada em mão única, sentido Centro da Cidade. Enquanto a Avenida Amaro Cavalcanti deve ser transformada em mão única, sentido Madureira. Assim, reorganizando também as vias que interligam essas duas vias, teremos uma melhora significativa na mobilidade e haverá diminuição tanto na intensidade, quanto frequência dos congestionamentos, que são muito frequentes do bairro.		Descrição de situação/problema Proposta	Ações Territorializadas
Tijuca	Não		Diversos	No bairro há vários serviços públicos como conselho tutelar, biblioteca, posto de saúde, posto da guarda municipal, bombeiros, delegacia, entretanto parece que são subutilizados de um modo geral. A biblioteca não funciona há anos e agora está em obras. Os moradores de rua se acumulam pelas praças, vemos poucas ações efetivas. Muita criança jogada. A sensação de insegurança apesar de tantas guardas e quartéis é permanente. Precisamos de ações mais concretas a meu ver, que diminuam a desigualdade excessiva, que possam mobilizar os cidadãos, talvez envolver as igrejas onde orbitam ex condenados com tornozeleira eletrônica oriundos de um sistema que não recupera ninguém e estando sem opções, perambulam pelas ruas mais ermas do bairro, ali residem, defecam, transam... O empobrecimento da região tem aumentado sobremaneira e a desordem de camelôs, já de longa data, não arrefece.		Descrição de situação/problema	Sem proposição
Tijuca	Não		Patrimônio Cultural	Penso que essa melhoria não deva ser somente em relação a Tijuca, que é o meu bairro, porém ao próprio centro da Cidade resgatando o Centro histórico, com os contornos da administração de Pereira Passos, trazendo um ar parisiense com os contornos e arquitetura e urbanismo, de modo mais atrativo ao turista e ao próprio morador da cidade que desconhece a sua história, tal como a reconstrução do Palácio Monroe, que se encontrava em uma praça abandonada e sem utilidade pública alguma, a recuperação de imóveis tais como o Automóvel Clube e a rua do Passeio, que se tornou um limbo entre a Cinelândia e a Lapa, com o total abandono do Passeio Público e do Automóvel Clube, entre outros imóveis e locais, haja vista, o RJ estar abandonado e com décadas de administrações que não seguiram um liame, fazendo com que se perdesse a graciosidade que a cidade tinha em outras épocas.		Descrição de situação/problema	Sem proposição
Méier	Não		Zoneamento urbano	300, III, alíneas a e b: nas zonas residenciais deve ser proibida, e ativamente combatida pela prefeitura, a presença de estabelecimentos como bares e restaurantes. O fluxo de pessoas e a sujeira gerados por esses estabelecimentos é incompatível com zonas residenciais. Inclusive, polos gastronômicos deveriam ficar a uma boa distância de áreas residenciais (sugiro pelo menos 1,5 km).		Demanda/Proposta	Zoneamento Parâmetros Urbanísticos
Gardênia Azul	Não		Diversos	Precisamos mudar a maior parte da região da Gardênia, calçada para pedestre, ciclovias pois somos o bairro que mais usa bicicleta e nem temos bicicletário, entre outras.		Demanda/Proposta	Ações territorializadas
Santa Cruz	Não		Paisagem	Sou a favor de toda calçada ter uma árvore e esse é o meu desejo mas na minha rua os inúmeros fios elétricos não me permitem ter uma verdinha. Fica aqui meu apelo ou reclamação, obrigada!		Demanda/Proposta	Ações estruturantes

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS - Resultado Parcial - 31/10/22						Análise IBAM	
Qual seu bairro?	Representa algum grupo/entidade?	Se sim, qual?	Sobre qual assunto deseja fazer sua contribuição?	Quais as suas propostas para este assunto?	Se você deseja enviar algum arquivo com suas contribuições, adicione aqui	Classificação Preliminar	Vinculação possível com o Plano Diretor (preliminar)
Vargem Grande	Não		Diversos	Pontos principais de atenção imediata para VARGEM GRANDE: - Valorizar do produtor local (isenção de iptu para produtores que protegem o meio ambiente e incentivo para regularização de cadastro); - Investir em saneamento básico (canalizar o esgoto de comunidades e condomínios e promover a construção de fossas biogestoras em propriedades rurais); - Frear o crescimento desordenado (limitar comunidades invadindo áreas de alagadiço e do Parque Estadual da Pedra Branca) ; - Fiscalizar áreas de preservação (principalmente no final da Sacarrão depois da corrente e condomínios gigantescos na Bandeirantes depois do número 25.000); - Concluir a ciclovia do Rio Morto (70% dos moradores usam bicicletas para locomoção); - Urbanizar a Pacuí (água, esgoto e asfalto / para evitar os alagamentos recorrentes e permitir um trânsito seguro); - Dragar o Canal de Sernambetiba (para evitar os alagamentos recorrentes)		Demanda/Proposta	Ações territorializadas
Vargem Grande	Não		Zoneamento urbano	Controle das moradias que estão sendo criadas em áreas verdes e trazendo desordem ambiental, como também populacional, causando um impacto ambiental enorme e infraestrutura.		Descrição de situação/problema	Ações estruturantes

***A missão do IBAM é promover – com base na ética,
transparência e independência partidária – o desenvolvimento
institucional do Município como esfera autônoma de Governo,
fortalecer sua capacidade de formular políticas, prestar serviços
e fomentar o desenvolvimento local, objetivando uma sociedade
democrática e a valorização da cidadania.***



Rua Buenos Aires, nº 19 – 20070-021 – Centro – RJ
Tel. (21) 2142-9797 – Fax: (21) 2142-1262
E-mail: ibam@ibam.org.br – Web: www.ibam.org.br